



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE DIREITO  
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA  
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO

**A DIGNIDADE CONSTITUCIONAL DAS MINORIAS BRASILEIRAS SOB A ÓTICA  
LIBERAL**

COMO AUTORES E MEDIDAS LIBERAIS DEFENDEM AS MINORIAS?

ORIENTANDO (A): MATHEUS ROCHA DE ALMEIDA ATAIDE

ORIENTADOR (A): DR(A) CLAUDIA LUIZ LOURENÇO

GOIÂNIA-GO  
2023

MATHEUS ROCHA DE ALMEIDA ATAIDE

**A DIGNIDADE CONSTITUCIONAL DAS MINORIAS BRASILEIRAS SOB A ÓTICA  
LIBERAL**

COMO AUTORES E MEDIDAS LIBERAIS DEFENDEM AS MINORIAS?

Monografia Jurídica apresentada à disciplina Trabalho de Curso II, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGOIÁS).  
Prof. (a) Orientador (a) – Dra. Claudia Luiz Lourenço.

GOIÂNIA-GO  
2023

MATHEUS ROCHA DE ALMEIDA ATAIDE

**A DIGNIDADE CONSTITUCIONAL DAS MINORIAS BRASILEIRAS SOB A ÓTICA  
LIBERAL**

COMO AUTORES LIBERAIS DEFENDERAM AS MINORIAS?

Data da Defesa: 15 de maio de 2023

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador (a): Prof. (a) Dra. Claudia Luiz Lourenço

Nota

---

Examinador (a) Prof. (a): Dra. Eufrosina Saraiva Silva

Dedico esta monografia aos meus familiares e amigos, em especial à minha irmã Jéssica, afilhada Alice, meus pais Rodrigo e Karla e à Ana, que tornam meus dias melhores e sempre acolheram meus ideais humanistas e transformadores.

Dedico este trabalho à minha professora Claudia, que esteve presente em toda minha trajetória pela Puc Goiás e me orientou brilhantemente neste Trabalho de Curso.

O dedico, ainda, a todos os movimentos jovens e estudantis que fiz parte, como o Students for Liberty Brasil, Liga Acadêmica de Acessibilidade ao Direito, G17 University Ambassadors e Grupo Estudantil em Defesa da Liberdade.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica de Goiás e ao Colégio Agostiniano que me incentivaram aos estudos, além de todos os amigos que carregaram desde a infância. Todos me ajudaram a acreditar em minhas ideias e me incentivaram a produzir conteúdos que pudessem impactar o mundo.

Por fim, este trabalho apenas foi possível devido à grande luta promovida por liberais no passado, que defenderam igualdade perante a lei, liberdade ampla, direitos humanos, programas de assistencialismo e democracia, bem como a luta de profissionais do Direito para tornar as leis mais inclusivas, justas e éticas.

“A verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio”.

Martin Luther King

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo explicar o conceito de dignidade constitucional da pessoa humana, abordando especificamente as minorias (negros, mulheres e LGBTQI+) no Brasil e relacioná-los com o movimento político, social, econômico e filosófico denominado Liberalismo, a partir dos métodos quali-quantitativo, histórico e estatístico. Demonstrar-se-á como estes dois temas se relacionam entre si, abordando autores liberais que ao longo da história defenderam a dignidade dos indivíduos, ao mesmo tempo em que pregavam medidas liberais. Também utilizar-se-á de comparações entre países desenvolvidos e o Brasil, quais ações tomar e porquê o Liberalismo é o melhor modelo para atingir a igualdade, justiça e crescimento social-econômico em uma nação.

**Palavras-chave:** Dignidade Humana. Liberalismo. Minorias no Brasil.

## ABSTRACT

*The present work aims to explain the concept of constitutional dignity of the human person, specifically addressing minorities (blacks, women, LGBTQI+) in Brazil and relating it to the political, social, economic and philosophical movement called Liberalism, based on the methods quali-quantitative, historical and statistical. It will demonstrate how these two themes are related to each other, addressing liberal authors who throughout history defended the dignity of individuals, while at the same time preaching liberal measures. It will also use comparisons between developed countries and Brazil, what actions to take and why Liberalism is the best model to achieve equality, justice and social-economic growth in a nation.*

**Keywords:** *Human Dignity. Liberalism. Minorities in Brazil.*

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>07</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS NATURAIS E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA .....</b>	<b>13</b>
1.1 DIREITOS CONSTITUCIONAIS DE PRIMEIRA GERAÇÃO .....	16
1.1.1 Relação entre o surgimento dos direitos de primeira geração e o liberalismo clássico..	19
1.2 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA .....	20
1.3 O QUE SÃO MINORIAS .....	21
<b>2. ABORDAGEM DE PENSADORES SOBRE O LIBERALISMO AO LONGO DA HISTÓRIA .....</b>	<b>24</b>
2.1 JOHN STUART MILL .....	24
2.2 LUIZ GAMA .....	26
2.3 AYN RAND .....	27
2.4 THOMAS SOWELL .....	29
<b>3. O RESSURGIMENTO DO LIBERALISMO NO BRASIL ENTRE 2014 E 2022 .....</b>	<b>32</b>
<b>4. A ASCENSÃO DO RADICALISMO E QUEDA DAS DEMOCRACIAS: QUAL SERÁ O FUTURO DAS MINORIAS APÓS 2022?.....</b>	<b>35</b>
4.1 DEMOCRACIAS PELO MUNDO.....	36
4.2 A RENOVAÇÃO DAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 2022 TROUXE MAIS REPRESENTATIVIDADE PARA AS MINORIAS? .....	38
4.2.1 Minorias e representação na direita atual .....	41
4.2.2 Preconceito e desconfiança sofridos por grupos minoritários na política .....	44
<b>5. A VERDADEIRA OPRESSÃO SOFRIDA PELAS MINORIAS NO BRASIL POR ESTATÍSTICAS E AÇÕES PARA EQUALIZAR SEUS DIREITOS .....</b>	<b>46</b>
5.1 COMO ESSA PROBLEMÁTICA INTERFERE NA GARANTIA CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DESTES INDIVÍDUOS .....	46
5.1.1 Mulheres, feminicídio e desigualdade.....	50
5.1.2 LGBTQI+ e preconceito.....	53
5.1.3 A dura realidade da comunidade negra no brasil .....	55
5.2 ALGUMAS AÇÕES A SEREM TOMADAS PARA IGUALIZAR OS DIREITOS ENTRE OS CIDADÃOS, TANTO NA LEI QUANTO NA REALIDADE .....	57
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>64</b>



## **LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS**

LGBTQI+: lésbicas, gays (homossexuais), bissexuais, transgneros, queer, intersexuais, assexuais e pansexuais.

SFLB: Students for Liberty Brasil

MBL: Movimento Brasil Livre

IDH: ndice de Desenvolvimento Humano

PIB: Produto Interno Bruto

ILE: ndice de Liberdade Econômica

EIU: Economist Intelligence Unit

NOVO: Partido Novo

PT: Partido dos Trabalhadores

PL: Partido Liberal

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

ILGA: International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association

FMI: Fundo Monetário Internacional

OMS: Organizao Mundial da Saúde

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objeto a análise aprofundada do artigo 1º, III da Constituição Federal do Brasil, em que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é a dignidade da pessoa humana, sendo este um preceito de que todos os indivíduos merecem viver com qualidade e sejam detentores de direitos inatos à humanidade.

Aliado a esse fundamento constitucional, temos a corrente de pensamento política, filosófica e econômica denominada Liberalismo, cuja base está na defesa da individualidade de cada homem e mulher, igualdade de direitos destes, preservação da liberdade no seu sentido mais amplo e respeito às instituições democráticas estabelecidas.

Como se depreende, todos os elementos abarcados pelo Liberalismo buscam garantir às pessoas as melhores condições possíveis para viverem de acordo com o que as faz felizes e completas, desde que não ofendam terceiros e respeitem as regras estabelecidas.

Assim, há uma clara relação entre a adoção de medidas liberais com a aplicação da dignidade da pessoa humana no cotidiano, como provam os dados estatísticos. Por isso, este trabalho deseja resgatar os valores desta corrente de pensamento e como ela seria útil para o avanço do respeito aos cidadãos brasileiros, em especial às minorias como negros, mulheres e membros da comunidade LGBTQ+.

Para que a dignidade dos cidadãos brasileiros aconteça finalmente, é necessária uma visão profunda sobre os dilemas de cada grupo social, os principais problemas enfrentados por eles e qual a melhor forma de resolvê-los.

Infelizmente, apenas o que está na lei não garante o cumprimento desta. É preciso adotar medidas econômicas, sociais, políticas e, às vezes, ações repressivas por parte do Estado para que haja o cumprimento adequado das leis constituídas e que se puna corretamente o infrator que atentar contra a vida, liberdade e direito alheio.

A presente monografia também se faz relevante diante do retrocesso da bancada da liberdade nas eleições 2022 no Brasil, em que a “centro-direita” encolheu e a extrema direita e extrema esquerda aumentaram. Por isso, deve-se dialogar com o “eleitor médio” (aquele menos instruído) e mostrá-lo que o liberalismo é o melhor caminho para que ele tenha uma ascensão social, econômica e política.

Em virtude de tudo isso, em princípio, surgem as seguintes questões a serem solucionadas no transcorrer da pesquisa: Baseando-se no artigo 1º, III da Constituição Federal que aborda como fundamento da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana, o que é esse princípio e como ele se relaciona com o Liberalismo historicamente? Tendo em

vista a queda dos defensores do liberalismo nas eleições de 2022 e o crescimento do radicalismo, como podemos demonstrar para os brasileiros que a corrente liberal é o melhor meio para levar à ascensão social, econômica e política de todos os cidadãos, inclusive das minorias?

Para tanto, poder-se-á supor, respectivamente, o seguinte: Levando-se em consideração a visão pejorativa dos adversários e cidadãos comuns sobre o Liberalismo, essa monografia tem a meta de discutir sobre diversos autores liberais, o que eles pensavam (ou pensam) e como as ideias dessa corrente política, filosófica e econômica se provaram as melhores para a sociedade, como um todo, avançar.

Em um mundo globalizado e digital, deve-se difundir ideias que valorizam os indivíduos, que não os tratam apenas como seres com iguais pensamentos e desejos e que buscam, a partir de medidas sociais e econômicas, criar um mundo mais próspero e com menos ódio às minorias. Também será feita crítica a algumas incoerências do movimento, seja atualmente ou no passado.

Trazendo dados e o pensamento dos mais diversos autores, o trabalho demonstra como pessoas diferentes pensam o liberalismo de um modo único, mas mantendo uma unidade filosófica. Vamos desde John Stuart Mill, passando por Luiz Gama e Ayn Rand, finalizando com o pensador contemporâneo Thomas Sowell e analisaremos o presente do Brasil e qual a perspectiva futura das minorias na garantia de seus direitos em uma nação tomada pelo extremismo.

Utilizando-se os mais variados métodos como quali-quantitativo, bibliográfico e histórico, o trabalho será realizado a partir de uma análise muito mais aprofundada sobre o tema pesquisado, bem como a apresentação, exposição de autores liberais que discutiram minorias (cada um a seu modo) e a análise de seus posicionamentos, relacionando suas teses ao contexto histórico em que viviam e como podemos aplicar essas questões envolvendo minorias nos dias contemporâneos, especialmente após as eleições de 2022, em que o centro democrático obteve uma dura derrota.

Ter-se-á por objetivo principal a análise do surgimento do Princípio Constitucional da Dignidade Humana e o movimento liberal ao longo da história, especialmente por meio dos escritos de seus autores e relacionando ambas as temáticas com a situação de vulnerabilidade das minorias no Brasil atual.

Como desdobramento deste, alia-se a pretensão de fazer uma breve conceitualização de Dignidade da Pessoa Humana, bem como explicar o seu surgimento histórico e como esse Direito tem sido discutido no Brasil contemporâneo.

Demonstrar-se-á, através de fatos históricos e ideias de alguns de seus autores, como a corrente liberal contribui para a garantia da dignidade de todos os seres humanos e na defesa de suas diferenças e individualidades, com o respeito à diversidade sendo um preceito indiscutível e necessário para uma sociedade tão acostumada à intolerância, desrespeito e violência.

Devido o passado ditatorial e escravista do Brasil, difundir um pensamento que luta contra arbítrios do governo, contra censura e perseguição à mídia, que condena políticas segregadoras e que preza pela livre iniciativa tanto da economia quanto dos cidadãos, faz-se urgente.

Por fim, apenas com um Estado Democrático de Direito e Políticas liberais é que será possível alcançar a verdadeira igualdade de oportunidades e tratamento entre todos, bem como a dignidade ampla sem distinção de gênero, orientação sexual, cor de pele ou renda.

Somente um Estado e sociedade civil com liberdade econômica, política, religiosa e sexual é capaz de resolver, conjuntamente, a falta de serviços públicos de qualidade- o que impossibilita a dignidade dos cidadãos-, a pouca representatividade de minorias no cenário público e a violência e preconceito que os brasileiros diariamente sofrem (pelos mais variados motivos). Para isso, devem ser tomadas um conjunto de medidas, baseando-se nas nações mais desenvolvidas do mundo.

## **1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS NATURAIS E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Os direitos fundamentais, as garantias constitucionais e os fundamentos de um Estado Democrático de Direito são recentes, especialmente no Brasil, que até o Século XIX era colônia de Portugal, não possuía autonomia quanto às leis nacionais e tinha escravidão institucionalizada na sociedade.

No referido período antes da Independência do Brasil, os povos originários, aqui chamados de indígenas, sofreram um processo de aculturação, doutrinação cristã e, em muitos casos, genocídio.

Desde então, os indígenas tornaram-se cada vez menos presentes no território brasileiro e nossa sociedade se transformou radicalmente, passando a adotar os dogmas do cristianismo e da cultura europeia.

Entretanto, antes da miscigenação brasileira e do processo de embranquecimento e cristianização, já tínhamos exemplos ao redor do mundo de sociedades que buscaram consolidar e firmar normas e condutas, mesmo que simples, para a população seguir, cujo descumprimento gerava punições por parte dos governantes.

Ao redor do mundo, os Princípios Constitucionais hoje tidos como basilares para nossa sociedade ocidental também não foram obtidos de maneira simples e amistosa. Foi preciso, infelizmente, revoluções armadas e discussões acaloradas entre os políticos da época para que isso acontecesse.

Dessa forma, a evolução histórica dos direitos fundamentais e princípios constitucionais não ocorreu de maneira rápida; pelo contrário, aconteceu gradualmente, sendo consequência de diversas transformações ocorridas no decorrer da história, não sendo, tais direitos, reconhecidos todos de uma vez. O reconhecimento foi progressivo, conforme a própria experiência da vida humana em sociedade.

A grande ruptura para o “nascimento” dos direitos fundamentais e fundamentos constitucionais presentes nas constituições atuais, também chamados de direitos de primeira geração, foi o fim da Idade Média e o declínio do Absolutismo na Europa, ocorrido devido o surgimento da burguesia e de revoltas populares espalhadas pelo globo, contrárias ao autoritarismo dos regimes vigentes, que suprimiam a liberdade dos cidadãos a partir de sanções

arbitrárias, privilégios à aristocracia e impossibilidade de ascensão socioeconômica pela camada mais pobre (a maioria da população).

Em princípio, vale sempre enfatizar que apesar da institucionalização e “mundialização” dos Direitos Fundamentais e Fundamentos da República virem do período histórico conhecido como Idade Moderna, já existiam sociedades e pensadores anteriores que pregavam os valores contemporâneos, como democracia, cidadania e Governo para o bem comum.

Em tempos antigos, Aristóteles já pregava que a democracia é o governo onde prevalece o número, isto é, a maioria, além de afirmar que a alma da democracia estava na liberdade, sendo todos os cidadãos iguais.

Ainda, a democracia (com suas particularidades) surgiu pela primeira vez na Grécia Antiga, quando, por volta do século 7 a.C, na cidade de Atenas, os cidadãos livres reuniam-se para discutir e tomar decisões que iriam afetar suas vidas. Esse movimento foi encabeçado por Clístenes, um ateniense que sugeriu a implantação de regras que concediam à cada cidadão o direito a voto nas assembleias regulares que tratavam de assuntos públicos.

Como o doutrinador André Puccinelli Júnior (2014, pág. 211) explica em seu livro “Curso de Direito Constitucional”, 4º edição:

na Antiguidade tivemos o veto do tribuno da plebe contra ações dos patrícios em Roma, a lei de Valério Públicola proibindo penas corporais contra cidadãos e o Interdicto de Homine Libero Exhibendo, que se assemelhava ao nosso Habeas Corpus.

Aliado à explicação acima, temos a análise do cientista político Andrew Shorten (2022), que mostra haver laços do liberalismo com a Grécia e a Roma Antiga, onde floresceram teorias e práticas sobre igualdade, democracia e o Estado enquanto garantidor da liberdade cívica. O cientista ainda afirma que já existiam ideias próximas ao liberalismo clássico na China antiga, pelo filósofo Lao Tsé, que defendia a existência de uma ordem natural (sem interferências humanas).

Dessa maneira, compreende-se que as ideias, sejam elas quais forem, não surgem repentinamente; elas sempre têm uma origem e vão se adaptando às exigências de cada época.

Contudo, apesar da existência de ideias liberais pré-Modernidade, tivemos o retorno e a expansão do pensamento de liberdade, igualdade e Estado de Direito a partir dos escritos e das movimentações promovidas pelos liberais clássicos, que lutaram inicialmente pela

limitação do poder do soberano, voto para os cidadãos e liberdade religiosa. Evidentemente, tais pautas foram sendo aperfeiçoadas e outras surgiram ao longo dos séculos.

Destaca-se também, as influências mais relevantes do período, tendo sido as revoluções francesa, inglesa e americana para o reconhecimento e, principalmente, para a positivação desses direitos essenciais. Foi a partir dessas revoluções que os Direitos Naturais como garantia da vida, liberdade e propriedade privada foram, de fato, implementados no mundo ocidental e definidos como Direitos de Primeira Geração.

Nesse aspecto, as primeiras nações do mundo a estabelecerem uma Constituição Escrita foram os Estados Unidos e a França, nos anos de 1787 e 1791, respectivamente. Como exemplificação, a constituição americana apenas foi conseguida após uma guerra contra a Inglaterra, antiga metrópole das Treze Colônias. Formou-se um Estado próprio e garantiu-se autonomia aos estados federativos, com a consolidação de um conjunto de princípios constitucionais gerais e direitos fundamentais que todo estadunidense possuía.

Já a Revolução Francesa representou uma grande ruptura da Monarquia para a República, a partir de uma revolução também armada e baseada nos lemas liberais de autores clássicos franceses como Rousseau, Montesquieu e Voltaire que pregavam a “liberdade, igualdade e fraternidade”.

Acerca da Revolução Francesa, Prioli (2021, pág. 103) nos explica que:

Esse processo implicou a redução dos privilégios da aristocracia e uma ampliação da participação política das camadas populares pela instauração de uma República. No transcorrer da revolução, consolidou-se a ideia de um Estado Laico, ou seja, a separação entre o poder políticos e religioso, bem como a divisão de poderes proposta por Montesquieu, que seria replicada em repúblicas em todo o mundo.

Dessa forma, percebe-se duas coisas nestas revoluções: a primeira é que os lemas liberais foram utilizados pela população insatisfeita como uma “justificativa” para promover guerras civis e levantes populares. A segunda é que o Liberalismo foi o primeiro movimento da História recente a promover um forte sentimento de indignação com a ordem injusta vigente, fomentando a luta pelos ideais humanistas, iluministas e individualistas.

Assim sendo, é evidente haver uma correlação entre o surgimento das constituições, democracia representativa e políticas públicas com a consolidação do Liberalismo nos séculos XVIII e XIX na Europa e na América do Norte.

Posteriormente, a ideologia liberal também se espalhou pelos demais continentes, como América Latina, Ásia, Oceania e África, levando ao desenvolvimento social, político e econômico de suas respectivas populações.

Hodiernamente, existem países liberais que estão distantes “dos holofotes” mundiais, mas que merecem reconhecimento na presente monografia, a exemplo de Botsuana, Taiwan, Uruguai, Estônia, Austrália e Suíça. Isso demonstra que essa corrente vai além das nações europeias tradicionais e da América do Norte.

Logo, como se obtém dos fatos históricos, os princípios de Estado Democrático de Direito ressurgiram com o ideal liberal dos séculos XVII, XVIII e XIX, na luta contra o absolutismo e a favor dos “direitos sagrados” a benefício do povo, sendo a Vida, Liberdade, Igualdade perante a lei e Propriedade.

## 1.1 DIREITOS CONSTITUCIONAIS DE PRIMEIRA GERAÇÃO

As situações históricas explicadas no tópico anterior foram influenciadas pelo pensamento vigente à época, o Liberalismo. Esse conjunto de ideias política, filosóficas, econômicas e sociais se notabilizou por confiar à Constituição a tutela das liberdades públicas, formulando uma política de abstenção, mediante rígida separação das funções de governo e técnicas de limitação do poder.

Para o doutrinador José Afonso da Silva (2022), o Estado Liberal foi o primeiro a, de fato, proibir abusos do Governo contra os cidadãos, a garantir um mínimo de segurança jurídica a eles e impor juridicamente quais as áreas essenciais em que o Estado deveria agir.

Erika Carvalho (2020, pág.3), em seu artigo chamado “Revoluções Liberais”, resumiu bem o período marcado pelas revoluções liberais ao escrever que:

Para os liberais, o Estado deveria intervir o mínimo possível na economia, que seria autorregulada pelo mercado e pela lei da oferta e da procura. Segundo a visão liberal, o Estado deveria seguir uma Constituição e ser estruturado em três instâncias independentes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, o que contribuiria para a descentralização do poder e para a difusão da ideia de cidadania, de direitos políticos e jurídicos iguais para todos. O Estado, portanto, deveria estar sempre a serviço dos cidadãos, e a estes seria assegurado o direito à liberdade, à justiça e à propriedade.

Claro que, com o avanço da sociedade e das demandas existentes, o Estado tido como liberal teve que se moldar, surgindo correntes como o Liberalismo Social, em que há mais



interferências estatais para garantir assistencialismo ao mais pobre e correções ao mercado, quando existir.

Direitos como a vida, liberdade (de expressão, de ir e vir, de imprensa, sexual, religiosa etc.) e igualdade perante a lei foram obtidas graças aos pensadores clássicos, alinhados à expansão dessas ideias nas camadas populares e à estipulação destas nas leis de cada país. Com a consolidação dos direitos naturais e constitucionais garantidos a todos os cidadãos, foi forjado o nosso conhecimento atual dos Direitos de Primeira Geração.

Os direitos de primeira geração incluem, entre outros, o direito à vida, igualdade perante a lei, liberdade de expressão, liberdade de religião, liberdade de circulação, direitos de propriedade, o direito a um julgamento justo e direito de voto. Tais direitos são tidos, hoje, como o mínimo necessário para um país ser considerado democrático.

As críticas negativas feitas a essa primeira fase eram a de não incluir alguns setores da sociedade, não considerados cidadãos na época, a exemplo das mulheres, negros, LGBTs e pessoas com deficiência, bem como os trabalhos recém surgidos nas fábricas contarem com altas jornadas e trabalho infantil.

As mulheres tinham uma vida doméstica voltada aos cuidados dos filhos e não eram consideradas aptas ou capazes para a vida cívica e política. Apenas no século XX, no Brasil, é que as mulheres tiveram permissão para votar e ao longo dos anos foram conquistando (por manifestações e pressões populares) os mesmos direitos legais que os homens.

Os negros eram discriminados pela sua cor de pele e ao lucrativo comércio de escravos existente no período. Apesar da escravidão não ter surgido com os negros vindos da África na Idade Moderna, esta foi a mais recente forma de dominação racial da História e, por isso, é a que mais traz resquícios ao nosso presente.

Já os membros da comunidade LGBT+ eram malvistas, tratados como doentes mentais pelas suas orientações sexuais e tidos como pecadores aos olhos do Cristianismo e da Igreja Católica. Hoje, felizmente, sua situação tem melhorado substancialmente, com leis próprias e programas de assistência.

Isso mostra o distanciamento e falta de compromisso que a maioria dos políticos tinham com os grupos minoritários, ignorando seus problemas próprios, além de ser uma constatação de que a normalidade e a “aceitação” de certas situações do passado hoje são

corretamente vistas como injustas e discriminatórias. Ou seja, tal avaliação depende da análise do contexto sociocultural da época, para se evitar anacronismo.

Portanto, o surgimento e consolidação do Liberalismo e Capitalismo na maior parte do mundo a partir dos anos 1800 ajudou na obtenção de avanços. Porém, como ainda havia vários problemas sociais, econômicos e de preconceito racial, muitos autores, cidadãos e políticos se perguntaram se o regime liberal realmente era eficiente em trazer melhor vida para todos.

Logo, teorias como a Marxista e outras formas de reimaginar ou superar o Liberalismo se fortaleceram durante os séculos XIX e XX entre aqueles que entendiam que o Estado devia agir mais enfaticamente em alguns setores e garantir igualdade absoluta entre os indivíduos, bem como as leis deviam incluir as mulheres e outras minorias nos campos de igualdade de direitos.

Dessa forma, para se adequar às críticas feitas – legítimas ou não - e após o surgimento de novos teóricos, o liberalismo foi remodelado (sem perder sua essência), surgindo diferentes correntes, como o Neoliberalismo, o Social Liberalismo e o Liberalismo Igualitário.

Mesmo com as diferenças, todos os “liberalismos” partem de alguns princípios: o de que o Estado deve auxiliar a população mais carente com programas assistenciais eficazes e bem elaborados, ao mesmo tempo em que retira empecilhos burocráticos, trabalhistas e tributários para a iniciativa privada, a fim de favorecer a produção, criação de riqueza e aumento da empregabilidade.

Aliado a essas medidas econômicas, o Estado Democrático de Direito deve ser mantido, as leis serem justas e imparciais, além da sociedade civil ter seus direitos cívicos protegidos pelos representantes eleitos pelo povo. Eleições essas que são periódicas.

O liberalismo, especialmente após a Primeira Guerra Mundial e com o crescimento de regimes totalitários como Fascismo e Socialismo, identificou que naquela época (século XX), sua corrente estava em “esquecimento” e, por isso, voltou a se reinventar em acordo com as exigências da época e precisou conquistar a classe popular com um discurso mais direto e menos técnico.

Como bem apontou o cientista político Luiz Felipe D’Ávila, em suas inúmeras entrevistas no ano passado (2022), a corrente liberal é a que mais abarca todas as classes sociais e gêneros, pois defende um Estado eficaz, um arcabouço judicial imparcial e justo, bem como

é a corrente que tende a gerar riqueza a todas as pessoas. Portanto, é a ideal para quem deseja promover a dignidade e emancipação do ser humano. Tanto é verdade que o surgimento da dignidade da pessoa humana está entrelaçado à estabilização do regime liberal pelo mundo.

Porém, D'Ávila também concorda que os liberais brasileiros ainda falham na transposição de suas ideias para o público mais comum, pois foca em pautas que não são facilmente entendidas, como reformas, privatizações e crise institucional dos “3 poderes”. Seria necessário, em sua visão, tratar de pautas ambientais e sociais, pois são mais palpáveis e relevantes no dia a dia do cidadão brasileiro.

Dessa maneira, como o descrito neste trabalho de curso, fazer generalizações de um movimento tão antigo, vasto e de diferentes correntes é equivocado e desonesto. O que se pretende nesta monografia é resumir as principais características entre todas as correntes liberais, o que consensualmente representantes do liberalismo defendem ou defendiam ao longo da história e como estes valores favorecem, comprovadamente, todos os grupos sociais, com enfoque nas minorias expostas.

### 1.1.1 Relação entre o surgimento dos direitos de primeira geração no Brasil e o liberalismo clássico

Globalmente, os Direitos de Primeira Geração são os direitos “ínatos” à pessoa, sendo presentes desde seu nascimento. São direitos que não precisam de Constituições e normas para existirem; eles são intrínsecos à condição de ser humano.

Nesse sentido, o Liberalismo foi a corrente doutrinária que estabeleceu nos principais países ao redor do mundo o conceito de Direitos Naturais, também chamados de Primeira Geração, e, como são preexistentes ao Estado, precisam somente de proteção jurídica e cultural para que todos saibam sua existência.

O pesquisador Jorge Miranda, em seu livro Manual de direito constitucional. Tomo I – 4ª ed. rev. e atual. - Coimbra: Editora Coimbra, 1990, p. 83 escreve que:

O Liberalismo atuou diretamente na abolição da escravatura, na transformação do Direito e do processo penal, na progressiva supressão dos privilégios de nascimento e na liberdade de imprensa. E atuou, indiretamente, na prescrição de princípios que se tornariam a auto regência do Direito, servindo a todas as classes. Além disso, foram das revoluções do século XVIII que saíram as Constituições e os regimes que introduziram a liberdade política e civil na sociedade.

Quanto ao Brasil, a Constituição do Império de 1824 já trazia os direitos fundamentais de primeira dimensão, estando eles no Título 8º, sob a nomenclatura de Garantia dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros. A Carta Magna já previa inúmeros direitos individuais, tais como liberdade, segurança individual e propriedade. Logo, a Constituição pós Independência garantiu direitos que muitos países desenvolvidos viriam a regulamentar muitas décadas depois.

A Constituição brasileira de 1824, foi inspirada nas teses do pensador Benjamin Constant, em que se dividiu o poder em quatro (4) esferas: poder executivo, judiciário, legislativo e moderador, tendo o imperador acumulado o primeiro e o último poderes. A tese do pensador suíço era a de que em momentos em que houvesse tensão e atrito entre os poderes, o imperador tivesse a palavra final. Contudo, essa divisão apenas foi aplicada no Brasil naquela época e a Constituição Federal seguinte (1891) já garantiu apenas três (3) poderes, harmônicos e independentes entre si.

Antônio Paim (2019), em sua obra, resume que durante o Império, principalmente no Segundo Reinado, o Brasil vivenciou uma experiência genuinamente liberal, guiada pelo Partido Liberal quanto pelos integrantes do Partido Conservador. Todavia, na época, os direitos individuais e sociais não eram expandidos para todos; apenas para os cidadãos, considerados homens brancos e o voto era censitário, o que excluía boa parte dos próprios homens. Os escravos e mulheres não tinham direito à voto, por exemplo, e havia religião oficial, o Cristianismo.

Ou seja, o Liberalismo brasileiro tinha contradições quanto à dimensão e aplicabilidade de suas medidas tidas como igualitárias e de liberdade e, devido a isso, novos pensadores vieram para aperfeiçoar a corrente e corrigir tais absurdos.

Já em relação ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, hoje expresso na Constituição Federal, ela apenas deu as caras em lei brasileira na Constituição de 1934, durante a ditadura de Getúlio Vargas. Antes, apenas era subentendido nas legislações.

## 1.2 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A partir dessa análise, compreende-se que a dignidade da pessoa humana disposta no art. 1º, III da Constituição Federal engloba vários outros direitos. Como a professora Ana

Paula de Barcellos (2017) descreve em seu artigo científico “A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais”:

A dignidade humana pode ser descrita como um fenômeno cuja existência é anterior e externa à ordem jurídica, havendo sido por ela incorporado. De forma bastante geral, trata-se da ideia que reconhece aos seres humanos um status diferenciado na natureza, um valor intrínseco e a titularidade de direitos independentemente de atribuição por qualquer ordem jurídica.

A Constituição Federal de 1988 não inseriu a dignidade da pessoa humana no rol dos direitos fundamentais. A Carta Maior a considera como um princípio (um fundamento) da República Federativa do Brasil, tratando-a como uma base para todos os demais direitos.

Nesse sentido, o princípio da dignidade da pessoa é muito mais amplo do que possa parecer. Como bem explica Aline Ribeiro Pereira (2022):

É um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e tem sua previsão no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal. Assim, é fundamento basilar da República. (...) No entanto, o ordenamento jurídico não conta com uma definição específica, restando a inúmeros autores a busca pela identificação do conceito da dignidade humana.

Portanto, a Dignidade da Pessoa Humana é entendida pelos doutrinadores, estudiosos, políticos e cidadãos de modo diverso e particular, o que torna complicado uniformizar uma definição única e aplicar políticas públicas sem “contrariedades”.

Dessa forma, o princípio não regula apenas acesso à serviços públicos, mas também garante ao cidadão o respeito à sua crença religiosa, ideologia política, orientação sexual, liberdade de responder processo em liberdade, intimidade entre outros. Logo, todas as características listadas acima possuem forte elo com a corrente de pensamento liberal.

Este fundamento republicano da dignidade humana serviu, inclusive, como fonte de inspiração para a criação do Direitos Humanos, no dia 10 de dezembro de 1948, em Paris. A Declaração Universal dos Direitos Humanos possui mais de 70 anos de existência e foi aderida por todos os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo que este documento estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos, independentemente de etnia, sexo, nacionalidade, religião ou qualquer outra condição.

Segundo a Organização, esse conjunto de Direitos garante a dignidade do indivíduo e a valorização de sua individualidade e diferença, respeitando sua forma de ser e pensar. Logo, a ONU utilizou-se, também, do princípio da Dignidade da Pessoa Humana para criar este documento universal. Por isso, seu papel é tão importante para a humanidade e os representantes políticos das nações devem honrá-lo.

### 1.3 O QUE SÃO MINORIAS

Apesar do nome, minoria não se refere estritamente a um grupo de indivíduos com menor valor numérico; as minorias representam aquelas pessoas que historicamente e atualmente não foram e/ou não são integradas totalmente à cidadania e aos direitos constitucionais em um país.

Assim, pode-se dizer que estes indivíduos não têm acesso aos espaços de poder e possuem menos direitos efetivamente garantidos, tornando-os vulneráveis a situações de violência, pobreza e preconceito.

No Brasil, os exemplos de minorias que temos são os indígenas, negros, mulheres, LGBTQI+ e pessoas com deficiência. Cada um desses representantes sofre com alguns problemas sociais e econômicos claros, mesmo que de caráter diferentes.

Primeiramente, temos os indígenas, os quais têm suas terras invadidas por criminosos e sofrem com as doenças transmitidas devido esses conflitos e a negligência da sociedade civil e Estado em garantir-lhes soberania sobre seus territórios e cultura.

Em seguida, também observamos os negros, aqui no Brasil e em outras regiões do mundo, que sofreram séculos de escravização e exploração. Com isso, apesar do avanço da sociedade, os negros ainda estão em menos cargos de poder, são os que mais sofrem violência física e demoraram a ter igualdade de direito com os brancos. Obviamente, os efeitos colaterais da escravidão e pouco acesso à educação de qualidade faz com que eles ainda sofram com desigualdade de oportunidades e representatividade.

Ainda, temos as mulheres brasileiras, que apenas adquiriram o direito ao voto em 1932 e sempre tiveram seu papel vital estabelecido pela sociedade como donas de casa. Ainda hoje, ocupam menos espaços de poder, sofrem violência doméstica, têm suas capacidades mentais questionadas e sofrem críticas pelo modo de agir e se portar.

Junto a estes grupos mencionados nos parágrafos anteriores, também temos as pessoas com deficiência, que são aqueles indivíduos que possuem algum problema físico ou mental, dificultando o exercício da plena cidadania e direitos no dia a dia. A situação desse grupo se agrava quando não se observa um real avanço de políticas públicas e privadas eficientes para incluir essas pessoas em postos de trabalho e vida cívica; a pouca acessibilidade

nas ruas e na linguagem com as pessoas sem deficiência é uma evidência clara desse distanciamento para com a sociedade.

E, por fim, temos a comunidade LGBTQI+, que é o conjunto de indivíduos que se identificam com determinado gênero ou orientação sexual divergente da “normalidade”. Estão inclusos as lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e outros. Em decorrências dos desafios enfrentados no dia a dia, os LGBTQI+ acabam por sofrer de problemas psicológicos e pouco acesso à plena cidadania.

Na presente monografia, para fins didáticos, de pesquisa e pelo número de páginas, optou-se por abordar especificamente três grupos minoritários, sendo as mulheres, os negros e os LGBTQI+. Todavia, evidentemente, os indígenas e as pessoas com deficiência merecem toda a atenção devida e ações específicas para suas realidades.

Complementarmente, sobre a importância de se garantir a plena cidadania aos grupos minoritários, faz-se importante transcrever o artigo produzido por Francisco Porfírio para o Mundo Educação (2020):

Em todos os casos apresentados e em outros, acompanhados da exclusão pelo fato de serem grupos marginalizados, há a luta pela igualdade de direitos. Em um país ainda muito desigual e com imensos problemas sociais, como o Brasil, (...)

Sem a participação de indivíduos e grupos, várias conquistas sociais importantes para a nossa sociedade não teriam sido possibilitadas.

Dessa forma, é evidente apontar a relação entre garantir a dignidade constitucional estabelecida na Constituição Federal para todos os brasileiros (sem ignorar ninguém) e a corrente denominada Liberalismo, que historicamente, apesar de deslizos, sempre prezou pela inclusão e melhora dos índices socioeconômicos, o que beneficia, também, as minorias aqui abordadas.

Outrossim, faz-se necessário citar e explicar grandes pensadores do Liberalismo para demonstrar que, apesar de visões específicas sobre o tema, todos almejavam melhor qualidade de vida para a população, por meio de medidas que serão discutidas. Como a temática é voltada para os grupos minoritários, é por óbvio trazer alguns autores que fazem parte desses grupos.

## 2. ABORDAGEM DE PENSADORES SOBRE O LIBERALISMO AO LONGO DA HISTÓRIA

Para entendermos como o pensamento liberal mundial e nacional se modificou ao longo do tempo, não basta apenas olharmos as ações e medidas estatais adotadas em determinados períodos da história; faz-se necessário analisar de onde essas práticas foram retiradas, quem as pensou e porquê.

Dessa forma, obras e livros de autores da referida corrente são igualmente relevantes para o debate público e a pesquisa histórica, visto que cada indivíduo entende o liberalismo de um modo único e particular, sem abdicar de alicerces básicos. Assim como historiadores, geógrafos e cientistas, os pensadores políticos possuem relevância, pois escrevem sobre o que pensam de diversos temas, como política, economia, sociedade e filosofia. Logo, nos fornecem importantes detalhes sobre os contextos históricos em que se encontravam.

Dentro desses grandes nomes para o pensamento liberal, temos vários autores estudados pela Academia e reconhecidos internacionalmente, como John Locke, Adam Smith, Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Milton Friedman, Hannah Arendt, Roberto Campos, José Guilherme Merquior, John Rawls e tantos outros.

Porém, devido preferências pessoais e por estudarem mais especificamente pautas minoritárias ou fazerem parte desses grupos, a presente monografia focou a análise nos seguintes liberais: John Stuart Mill, Luiz Gama, Ayn Rand e Thomas Sowell, por ordem de nascimento e época histórica em que viveram.

### 2.1 JOHN STUART MILL

O pensador nasceu na Inglaterra no ano de 1806 e fez parte da escola de pensadores clássicos da economia política, junto de Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus.

Publicou a obra “Da liberdade individual e econômica” em 1859, sendo considerada uma das mais expressivas defesas da liberdade individual do século XIX. Neste livro, o liberal descreve quais são os pontos principais do Movimento e até que ponto o Estado deve intervir na vida e escolhas do cidadão.

Vinicius Cruz, em seu artigo publicado no perfil oficial da Organização *Students for Liberty* Brasil (2020) resume impecavelmente as principais ideias defendidas pelo escritor inglês:



Suas obras, ao longo da carreira, além de dissertarem quanto ao utilitarismo, abordaram temas como liberdade (política, econômica e de expressão), defesa da democracia representativa, marcada por participação popular (população ativa politicamente) e defesa pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Para o escritor, todos os indivíduos deviam ser livres para professar sua fé, dar sua opinião política, ter a própria sexualidade respeitada e acesso ao Devido Processo Legal.

Antes, os governos podiam prender os cidadãos sem explicar as razões, sem haver um julgamento justo, imparcial e baseado em provas. A partir da ascensão do Liberalismo Político no mundo ocidental, os preceitos básicos do Direito foram consolidados, o que garantiu a igualdade de todos perante a lei e menos possibilidade de decisões autoritárias e não embasadas.

O autor também é reconhecido pelo seu pioneirismo na defesa dos direitos da mulher. Ele defendia a tese – numa época em que o machismo imperava – de que a submissão da mulher se dava por uma questão cultural e afirmava que não havia argumentos plausíveis que justificassem a sujeição do sexo feminino.

John Stuart Mill teve uma breve passagem na política, quando foi eleito para a Câmara dos Comuns, ocupando o cargo por três anos. Nesse período, foi um dos poucos políticos a propor que as mulheres deveriam ter direito ao voto e que a escravidão deveria ser abolida e combatida. Entretanto, apesar de Mill ter feito a proposta no parlamento para permitir o voto das mulheres em 1865, elas apenas conseguiram este direito na Inglaterra em 1918.

Hodiernamente, as mulheres, os negros e demais grupos minoritários evoluíram bastante suas perspectivas de vida, com crescimento econômico, independência e igualdade de direitos ao redor mundo. Todavia, para a decepção do filósofo inglês, até hoje esses grupos sofrem com a violência e discriminação.

Em seu artigo científico, Saul Garcia Silva (2013, pág. 3) explica que:

Durante a história sempre houve uma classe detentora do poder de outra classe menos desfavorecida. Como é o caso do servo para com seu senhor, assim como o escravo para seu dono. Essa relação de posse é muito parecida da mulher para com seu marido, pois ele possui direito sobre o domínio das vontades e desejos de sua esposa. Por isso Stuart Mill defende em seu livro não haja privilégios para um lado e nem incapacidade para o outro, ou seja, o autor defende que deve haver uma igualdade perfeita entre os sexos.

Pela defesa incisiva dos direitos das mulheres, como participação na política e igualdade de direitos na constituição, bem como pela luta assídua contra a escravidão, John Stuart Mill merece ser reconhecido nesta monografia como um inovador de seu tempo.

Suas ideias ainda fornecem base para problemas tão recorrentes no mundo atual, como regimes autoritários que tolhem a liberdade de expressão do cidadão e pela grande repressão política, física e financeira que mulheres ainda sofrem.

As principais obras do inglês são: Sobre a Liberdade, A Sujeição Das Mulheres, Utilitarismo e Princípios da Economia Política.

## 2.2 LUIZ GAMA

Luiz Gama foi um homem negro nascido na Bahia, ex-escravo, escritor, jornalista e advogado, sendo considerado o patrono da abolição da escravidão no Brasil.

Nascido livre em 1830, Gama era filho de uma africana liberta da Costa da Mina com um nobre português que vivia em Salvador. Sua liberdade, porém, foi interrompida aos 10 anos de idade, quando seu próprio pai decidiu vendê-lo como escravo a um comerciante para quitar uma dívida.

Aos 17 anos, aprendeu a ler e escrever com um estudante que ficava hospedado na mesma fazenda que a sua, na cidade do Rio de Janeiro. Com o tempo, graças ao conhecimento de leitura, descobriu que sua condição de escravo era ilegal e, no ano seguinte, conseguiu os documentos que comprovavam seu direito à liberdade, fugindo para São Paulo.

Em 1850, casou-se com Claudina Gama, com quem teve um filho, e tentou ingressar no curso de Direito do Largo de São Francisco. Por ser ex-escravo, ele não foi aceito na instituição de ensino. Mesmo com essa barreira do racismo, Gama passou a estudar por conta própria, frequentando as aulas como aluno ouvinte. Foi assim que se tornou um rábula (nome dado a um advogado sem diploma).

Mesmo sem se formar como advogado, ele aproveitou as lições aprendidas como ouvinte e dedicou sua vida a libertar outros escravos em situação irregular pela legislação da época.

Com seu vasto entendimento jurídico e retórica impecável, Gama defendeu os escravos que chegaram ao Brasil após a Lei Eusébio de Queirós entrar em vigor (1850), defendendo os que eram impedidos de pagar pela carta de alforria, e com outras contribuições, conseguiu libertar mais de 500 escravos. Por esse motivo, Gama é o abolicionista mais conhecido da história brasileira.

Sendo assim, Luiz Gama foi um exemplo a ser seguido, pois mesmo com as dificuldades, ele lutou pelo que era correto e ajudou outros como ele a se livrarem de uma condição desumana, antiética e ilegal. Gama ainda foi responsável pela maior alforria coletiva da história americana, ao libertar de uma única vez, durante um caso judicial, 217 escravos.

Para entendermos a magnitude do racismo ainda presente e o desconhecimento do brasileiro sobre os próprios ícones nacionais, somente em 2015, mais de 130 anos após sua morte, é que Luiz Gama foi homenageado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como membro da instituição, tornando-se oficialmente advogado.

Como nos informa o professor Paulo Cruz, Gama era filiado ao Partido Liberal da época e defendia medidas como liberdade econômica para o país e liberdade individual, além, óbvio, de direitos iguais para todos os homens, independentemente da cor de pele. A frase mais icônica atribuída ao advogado é:

O escravo que mata o senhor, seja em que circunstância for, mata sempre em legítima defesa

Dessa forma, percebe-se que Luiz Gama defendia o direito de legítima defesa do indivíduo quando este sofria agressão injusta. Assim, é tido como um grande liberal do Brasil e que merece ter sua história mais difundida, a fim de mostrar como um pensamento político, filosófico e econômico pode orientar a vida de uma pessoa e fazê-la agir corretamente, independentemente do contexto histórico desfavorável em que se encontra.

A história do advogado deveria ser abordada nas escolas públicas e privadas, especialmente em um país predominantemente de pessoas negras e pardas, a fim de fazê-las se identificarem com alguém semelhante.

Se enxergar em um ídolo histórico responsável por lutar contra a escravidão e pregar a liberdade faria nossa próxima geração ser mais consciente sobre sua capacidade de mudança.

### 2.3 AYN RAND

Ayn Rand foi uma romancista e filósofa do século XX, nascida na Rússia no ano de 1905. Ela presenciou a tomada de poder pelos revolucionários bolcheviques em 1917, que fizeram a Revolução Russa. Portanto, para escapar desse novo regime, ela disse às autoridades

russas que iria aos Estados Unidos apenas para visitar rapidamente seus parentes, mas desde então nunca mais retornou.

Na “Terra da Liberdade”, ela tornou-se escritora, tendo sua obras-primas sido lançadas na Broadway e no cinema. Um de seus escritos, *A Revolta de Atlas*, foi considerado o segundo livro mais influente nos Estados Unidos, segundo uma pesquisa do Congresso Americano.

Devido sua experiência com o regime opressor soviético e vislumbrada com as oportunidades que um país capitalista e liberal como os Estados Unidos proporcionava, a filósofa formulou sua teoria denominada “Objetivismo”. Esta teoria coloca o ser humano como o centro do universo, sendo o único capaz de mudar o mundo, com a mudança iniciada pela própria pessoa em suas ações íntimas.

Nas palavras de Willyans Maciel (2015):

Rand procurava estabelecer uma filosofia em todos os âmbitos da discussão filosófica, pautada pelo conceito do homem como um ser heroico, tendo como propósito moral da vida a sua própria felicidade, como atividade mais nobre suas realizações produtivas, e como único absoluto a razão.

Para a russa, a verdade é absoluta e não existe relativismo moral. Levada para o âmbito político, a corrente filosófica abraça o Liberalismo e o Libertarianismo, por estipular que apenas o próprio indivíduo é capaz de se satisfazer e entender suas necessidades, com o Estado tendo um papel mínimo de atuação, pois ela acreditava (em sua visão exagerada), que o próprio Poder Público se corromperia e viraria tirania.

Por estas razões que Ayn Rand merece ser reconhecida. Ela foi uma mulher que presenciou na pele os males que grupos revolucionários coletivistas podem causar, impondo medidas contrárias à liberdade dos próprios cidadãos e ações violentas sob pretexto de “justiça social”.

Como grande individualista, a sua filosofia tinha como estudo o indivíduo que age livremente, o qual usa a razão para atingir seus objetivos e se relaciona livremente com os outros através de acordos livres e voluntários, rejeitando a força ou a fraude para obter sucesso.

Ao explicar os ideários objetivistas de Ayn Rand, a jornalista Camilla Costa, em sua matéria para o site da BBC News Brasil (2017) escreve que:

Ao contrário das ideias de Karl Marx, que ela considerava totalmente opostas às suas, a russa acredita que a mudança na sociedade deveria começar com uma revolução

moral dentro de cada indivíduo, que deve espalhar os ideais "corretos" por meio do discurso racional.

Para Ayn Rand, inclusive, o maior propagador de boas ideias e virtudes deveria ser o pai e a mãe que, por meio do exemplo e ensino doméstico, criariam seus filhos para o mundo.

Na visão de Rand, o Capitalismo, ao priorizar o lucro, acaba por favorecer toda a sociedade, pois não se interessa em distinguir pessoas pela cor de pele, condição econômica ou orientação sexual; apenas vende um produto ou serviço para alguém interessado, o que supre a necessidade daquele comprador e enriquece o fornecedor do bem. Todos sairiam ganhando nessa relação comercial.

Já em relação às mulheres, Ayn Rand entendia que apenas em um país livre e com uma educação de qualidade poderia ser possível o empoderamento das mulheres e sua retirada da dependência financeira e social dos maridos. Ela ainda complementa dizendo, em uma de suas tantas entrevistas, que homens e mulheres têm capacidades (mentais) iguais e devem ter os mesmos direitos civis.

Por fim, ela possuía outros posicionamentos pessoais únicos, o que torna a tarefa de encaixá-la em um grupo político como árdua. Ayn Rand era favorável ao aborto, apoiava a separação do Estado com a Igreja, entendida que cada mulher poderia manifestar-se sexualmente como quisesse e pregava que a religião era “a negação da razão”.

Ela era, em resumo, uma personalidade com pensamentos únicos e que orientava seu modo de pensar na defesa do Individualismo, Capitalismo, razão humana e na defesa de que todos têm capacidade de ascender social e financeiramente, bastando para isso vontade e condições favoráveis antecedentes, como ambiente familiar.

Logo, pelo fato de ser uma filósofa e escritora reconhecida mundo afora – mas pouco no Brasil – a presente monografia a forneceu esse espaço por entender suas ideias como favoráveis à melhora de vida das mulheres e de toda a sociedade, pelo seu foco no pensamento racional, na ética (certo e errado objetivos) e no Capitalismo - mesmo que ela o enxergue de modo romantizado.

## 2.4 THOMAS SOWELL

Thomas Sowell é um homem negro e de origem pobre, nascido em 30 de junho de 1930 na Carolina do Norte, nos Estados Unidos. O pensador teve uma infância difícil, tendo

perdido seu pai antes de seu nascimento e sua mãe vindo a falecer quando tinha apenas 5 anos. Desde então ele foi criado pela tia-avó, que o adotou.

Ele cresceu em Nova York com a família, tendo desenvolvido ali seus estudos – e indo além do que qualquer familiar seu já houvera conquistado -, visto que nenhum de seus parentes contava com educação básica completa; a maioria, inclusive, sobrevivia através de trabalhos temporários e “bicos”.

Todavia, devido à situação precária em que vivia e desavenças com a tia-avó, Thomas Sowell foi à justiça buscar o direito de morar sozinho. Após conseguir, se mudou para um lar no Bronx para jovens sem teto.

Nesse período, o jovem sobrevivia dos bicos e trabalhos pouco remunerados que fazia, que mal pagavam o aluguel no lar em que estava. Foi nessa época também que ele teve acesso às obras de Karl Marx, e passou a defender o socialismo por se identificar com a suposta análise precisa da desigualdade e pobreza geradas pelo Capitalismo.

Em 1951, com o início da Guerra da Coreia, Sowell foi convocado para fazer parte do exército estadunidense, tendo ficado responsável pelo registro fotográfico das expedições dos fuzileiros. Aliás, até hoje a fotografia é seu hobby.

Retornando da guerra, concluiu o ensino médio e ingressou na Howard University, instituição de ensino para negros. Porém, não sentindo-se valorizado na instituição, Thomas resolveu se candidatar para outras universidades, e, mesmo devido à forte cultura de segregação racial, aos 24 anos conseguiu entrar no curso de Economia em Harvard.

Com a entrada em Harvard, Sowell teve como um de seus orientadores o pensador liberal Milton Friedman, o que o fez mudar suas ideias – deixou de ser marxista e virou liberal/conservador.

Após essa mudança, Thomas Sowell passou a estudar mais enfaticamente as cotas raciais e sociais, a intervenção do Estado nos direitos individuais das pessoas (como liberdade de expressão e imprensa) e os riscos que a mentalidade progressista causa na ordem natural da sociedade, a exemplo do “lugar de fala”, “boas intenções” e a relação entre “oprimido vs opressor”.

Dessa forma, o pequeno Thomas passou por grandes dificuldades antes de se tornar o fenômeno literário e intelectual da atualidade. Hoje, é membro sênior da Hoover Institution, em Stanford, e escritor. Suas obras publicadas em língua portuguesa são as seguintes: Os

Intelectuais e a Sociedade, Economia Básica, Conflito de Visões, Ação Afirmativa ao Redor do Mundo, Discriminação e Disparidades e Fatos e Falácias da Economia.

Entre suas frases mais famosas, temos a seguinte, que serve como aviso para qualquer país do mundo:

É incrível como muitos dos horrores do século XX foram resultado de charlatões carismáticos que levaram milhões de pessoas à própria desgraça. O que é ainda mais surpreendente é que, depois de um século que viu Hitler, Lênin e Mao, ainda não vemos necessidade de desconfiar do carisma como base para a escolha de líderes, seja na política, seja em numerosas organizações e movimentos.

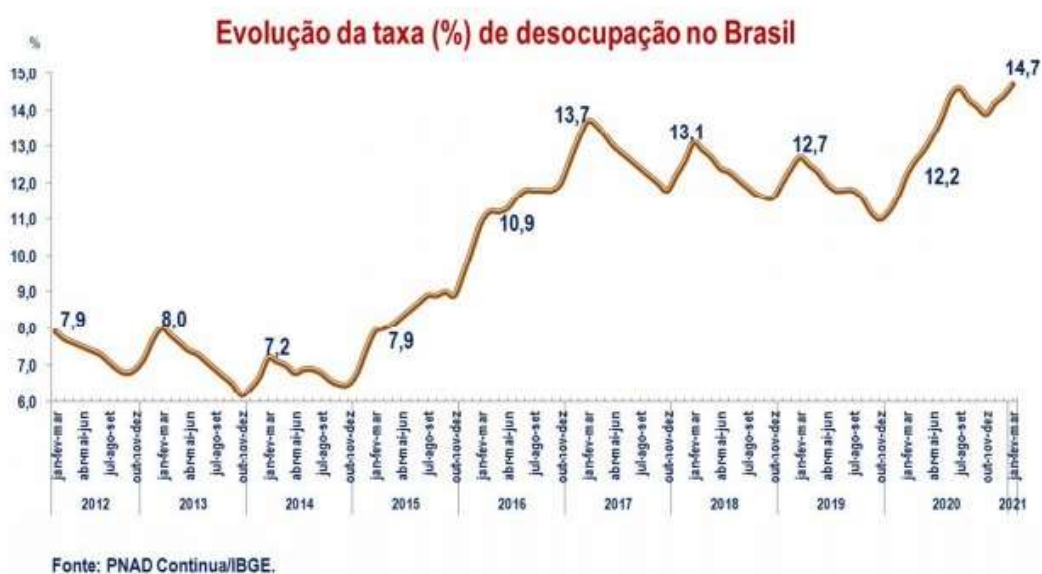
Para Sowell, um dos maiores problemas do mundo é a eleição de políticos “simpáticos” e que prometem medidas imediatas e 100% livres de consequências. Assim, quando tais pessoas ocupam os respectivos cargos, tendem a piorar a situação dos cidadãos, em especial dos mais pobres e as minorias.

Dessa maneira, como se analisa da exposição de sua vida e seu pensamento, ele é inegavelmente um dos maiores pensadores liberais do mundo (e ainda está vivo), tendo recebido em 2002 a Medalha Nacional de Humanidades, uma homenagem aos que contribuem com um melhor entendimento sobre a humanidade.

### 3. O RESSURGIMENTO DO LIBERALISMO NO BRASIL ENTRE 2014 E 2022

O maior impulsionador para a volta em massa da corrente liberal no Brasil foi o desastre econômico causado pelo Governo Dilma entre 2015 e 2016, o qual gerou alta do desemprego, pobreza, subempregos e queda brutal dos índices econômicos.

A título de comparação, esses números foram tão ruins que só chegam perto da crise mundial de 2020, muito ocasionada pela Pandemia de Covid 19 e pela má gestão do Governo Bolsonaro. Abaixo os números de desempregados entre os anos 2012 e 2021:



Para os principais estudiosos do tema, as novas gerações perceberam que a gestão governamental estava sendo levada para um mal caminho e, graças a movimentos, partidos e influenciadores que surgiram nessa época, se encantaram pelo Liberalismo e pelo “antissistema”.

Dessa maneira, entende-se que após o Impeachment da ex-presidente, os jovens (por terem mais tempo livre e desejarem romper com o legado passado) criaram grupos de estudos, manifestações e começaram a pesquisar sobre o que era essa corrente de pensamento filosófica, política e econômica. Aliás, muitos desses jovens entraram na política nacional, como forma de combater os problemas que eles se indignavam apenas pela internet.

Políticos e pensadores contemporâneos que se auto intitulam liberais como Kim Kataguirí, Luiz Felipe D’Ávila, Marina Helena, Elena Landau, Guto Zacarias, João Amoedo, Marcel van Hattem, Felipe Moura Brasil, Mariana Valentim, Tiago Mitraud, Adriana Ventura,



Joel Pinheiro da Fonseca, Marcela Trópia, Mano Ferreira entre outros são exemplos desse expoente.

Os citados acima apoiam pautas de liberdade, como respeito às leis e instituições, educação pública e privada de qualidade, cotas sociais mais abrangentes para a classe mais necessitada, igualdade de direitos entre casais héteros e LGBTQI+, regulamentação de drogas medicinais para combate a doenças crônicas, liberdade sobre o próprio corpo, economia livre para desenvolvimento nacional, diminuição de impostos e fim dos privilégios para todos os cargos públicos.

O Partido Novo, junto com o Movimento Brasil Livre (MBL), Livres, *Students for Liberty Brasil (SFLB)* e Lola Brasil são partidos e organizações que ajudam a criar nomes para a política brasileira, baseando-se em princípios e valores sólidos.

Como exemplo de partido, temos o NOVO, que possui um processo seletivo rígido para a escolha dos candidatos que concorrerão a cargos públicos pelo partido. Com essa seleção, apenas os mais qualificados, de encontro aos ideais liberais e ficha-limpa são selecionados. Para se ter uma ideia, de acordo com a plataforma independente “Ranking dos Políticos”, os políticos do Novo aparecem em primeiro lugar nos índices gerais de projetos enviados à Câmara, gastos econômicos e combate à corrupção na legislatura passada, entre 2019-2022.

Em mesma via, também temos o MBL (Movimento Brasil Livre), que ainda não é um partido e surgiu em 2014, mantendo uma base de princípios, que pode ser resumida em: "imprensa livre e independente, liberdade econômica, separação de poderes, eleições livres e idôneas e fim de subsídios diretos e indiretos para ditaduras". O jovem grupo ficou muito conhecido por organizar manifestações contra Dilma e Bolsonaro e por reinventar a comunicação nas redes sociais, com uma linguagem própria. É o grupo liberal que mais consegue se comunicar com o público das redes sociais.

Igualmente, temos o Livres, que é uma associação civil sem fins lucrativos que atua como um movimento político suprapartidário em defesa do liberalismo. Possui filiados que se candidatam a cargos políticos ou já exercem mandatos. É muito conhecido por sua atuação em propor projetos para a câmara dos deputados, assessorar deputados e senadores em pautas específicas e promover projetos de ação social, como distribuição de absorventes.

Ainda, temos a maior organização estudantil e liberal/libertária do mundo, chamada *Students for Liberty*, que está presente em 110 países. Este grande grupo forma líderes ao redor

do mundo, com cursos, oportunidades de treinamentos, estágios e conexão entre membros. No Brasil, a parceira denomina-se *Students for Liberty Brazil* e já teve como coordenadores o deputado federal Marcel Van Hattem e o jornalista Joel Pinheiro da Fonseca.

Por fim, o Somos Lola Brasil é uma organização mais voltada para as mulheres e busca apontar soluções para a desigualdade de gênero e preconceito a partir de uma abordagem liberal. É um movimento imprescindível para aproximar as mulheres da citada corrente de pensamento, a fim de mostrar que a ideologia liberal vai muito além dos pré-conceitos acusados pelos adversários.

Todas as instituições mencionadas se utilizam de uma linguagem simples, direta e explicativa e entendem o papel das mídias sociais na democratização do conhecimento. Por isso, saber se comunicar com todas as faixas etárias e setores da sociedade é essencial para o fortalecimento do liberalismo.

Ante o exposto, tem-se a existência de diferentes formas de difundir o Liberalismo dentro do Brasil e variadas maneiras de mudar o cenário nacional. Alguns preferem criar um partido diretamente, outros optam por formar líderes e há também os que ficam de fora da política e utilizam de sua ferramenta para discutir ideias no campo intelectual, com livros publicados e/ou plataformas virtuais.

Não existe apenas uma maneira de expandir a ideologia. Quanto mais diversidade no modo de ensiná-la e aplicá-la, mais fácil será tornar o liberalismo um pensamento hegemônico e inclusivo, que dialoga com toda a sociedade e resolve os problemas socioeconômicos existentes.

#### **4. A ASCENSÃO DO RADICALISMO E QUEDA DAS DEMOCRACIAS: QUAL SERÁ O FUTURO DAS MINORIAS APÓS 2022?**

Apesar do grande aumento da “bancada da liberdade” desde 2014, as eleições de 2018 e 2022 causaram uma tensão entre liberais e as duas alas mais antagônicas da política brasileira: PT e Bolsonarismo. Muitos liberais apoiaram Jair Bolsonaro, outros o projeto petista, enquanto alguns mantiveram-se neutros e contrários aos dois campos. Porém, para entender essa trajetória, é necessário aprofundar-nos sobre a eleição de 2018 e o cenário mundial que se seguiu.

Antes do “fenômeno Jair”, a recém direita brasileira era unida em pilares sólidos, mas esparsos, como combate à corrupção, avanço de liberalização da economia, fim de privilégios para políticos e diziam lutar pela melhora nos campos sociais, econômicos e políticos, fortalecendo nossa democracia, com instituições independentes.

Quem não se recorda das manifestações pacíficas entre os anos 2013 e 2016, em que boa parte do povo brasileiro se uniu contra os escândalos de corrupção e pediu por uma “nova política”? Infelizmente, esse sentimento se perdeu. O que restou foram poucos grupos e pessoas independentes e uma gama de indivíduos acrílicos.

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 veio nesse momento de insatisfação e possui um precedente com a ocorrida nos Estados Unidos, na figura de Donald Trump, que também englobou alas insatisfeitas da sociedade com o último governo e, por meio de discursos apelativamente emocionais, *Fake News* e compilado de opiniões pessoais retrógradas, chegou à cadeira presidencial.

Nos dois casos mencionados, Trump e Bolsonaro não conseguiram a reeleição e esse resultado se deve a alguns fatores: insensibilidade no tratamento da crise sanitária da Covid 19, queima de reputação de adversários, descumprimento de promessas de campanha, apoio a atos golpistas, além, é claro, da habilidade dos rivais em fingirem ser mais virtuosos.

Tal situação fez o lado oposto, o progressismo, ressurgir e ganhar as eleições. Nem o reacionarismo nem o progressismo representam as teses liberais e as duas alas antagônicas não estão preparadas para defenderem as minorias de modo efetivo e longo.

Aliás, em um episódio recente que marcou o triste retrato da polarização e problemas psicológicos causados pelo fanatismo político, tivemos a invasão de apoiadores de Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional, onde depredaram patrimônio público. Não é a primeira

vez que um grupo de pessoas vai à Brasília com pretensões violentas; isso já ocorreu com alguns membros do Movimento Sem Terra (MST) em 2014, por exemplo.

Por isso, devido esse histórico de atos e “manifestações”, é que se faz necessário cada vez mais aos representantes do Liberalismo brasileiro mostrarem que não apoiam estas ações e mostrar que elas não contribuem em nada para a melhora dos quadros social, político e econômico do país.

As minorias, que são as que mais sofrem no cotidiano, não conseguem avançar como deveriam nos índices, pois muitos políticos e personalidades nacionais não buscam discutir seriamente políticas públicas. Há falta de foco e falta de interesse em resolver os verdadeiros problemas. E, na era das mídias digitais, muitos preferem falar a agir.

Percebemos então, que estes políticos populistas apenas se aproveitam da população simples para ganharem a eleição, mas verdadeiramente não criam medidas para retirá-los da vulnerabilidade. É um ciclo vicioso, infelizmente.

Sobre este tema de minorias serem, infelizmente, usadas como massa de manobra por muitos políticos coletivistas, a ativista trans Mariana Valentim, do movimento Livres, explicou muito bem no webinar “Transexualidade, Intersexualidade & Liberalismo (2021)” que tanto a esquerda quanto a direita radicais apenas se importam com pautas LGBTQI+ quando a eleição se aproxima e não efetivamente resolvem o problema do preconceito, violência e desigualdade de tratamento.

#### 4.1 DEMOCRACIAS AO REDOR DO MUNDO

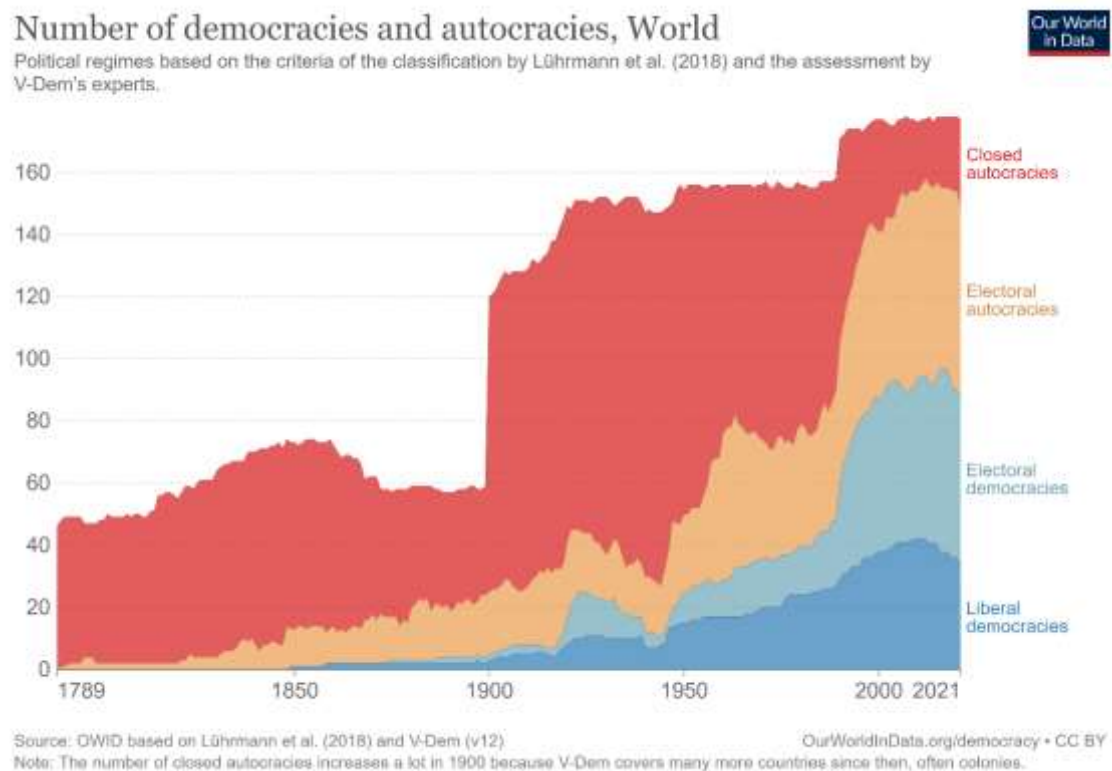
Em âmbito global, se traçarmos um paralelo entre o Brasil e outras nações, identificaremos que houve uma redução no número de democracias liberais e aumento da polarização política e autocracias eleitas ou golpistas ao redor dos continentes.

Inclusive, historicamente, foi graças aos movimentos liberais espalhados que o mundo observou ao maior crescimento dos regimes democráticos, com eleições livres, voto universal, direitos iguais aos cidadãos, respeito à liberdade individual e divisão dos poderes. Esses avanços, infelizmente, têm sido revertidos nestas últimas décadas.

Com o início dos anos 2000 e a expansão global da internet e das redes de comunicação entre os países, temos presenciado um retrocesso em nosso modelo de Estado

Democrático de Direito, devido a ascensão de líderes e grupos autoritários, carismáticos, populistas e que usam da violência ou fé para se perpetuarem no poder. Com esses regimes, os indivíduos que mais sofrem são os que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica.

O World Data compilou dados sobre os regimes e sistemas de governo ao redor do mundo e constatou que existem mais regimes autoritários no mundo do que regimes democráticos, a saber:



Pelo Brasil estar envolto na cultura ocidental, não nos atentamos a quão precioso um regime democrático é. Ele é exceção no mundo afora. Na história, os regimes autocráticos sempre foram majoritários e essa tendência tem se mantido.

O Índice de Democracia de 2021, formulado pela *Economist Intelligence Unit (EIU)* demonstra que 45%, da população mundial vive sob um regime democrático, mas que apenas 6.4% vivem em “democracias plenas”, número que reduziu de 2020 para 2021.

Como é demonstrado no estudo, 74 dos 167 países e territórios são abrangidos pelo modelo democrático, ou seja, 44,3% do total. O número de "democracias plenas" caiu para 21 em 2021. O número de "democracias imperfeitas" aumentou para 53.

Novamente, este índice também nos indica que os locais sistemas democráticos mais evidentes estão localizados na América do Norte e Europa Ocidental; e, “curiosamente”, são estas regiões que primeiro firmaram regimes liberais. Outra vez, mais uma correlação benéfica entre democracia, liberdades individuais e liberalismo.

Sobre a importância da democracia e quais suas características primordiais, vejamos o que diz Prioli (2021, pág.77):

(...) vamos observar que a democracia exige alguns elementos fundamentais. Primeiro, é indispensável que existam instituições democráticas: a separação e o equilíbrio de poderes (...); as eleições periódicas e inclusivas (para impedir que um grupo social se perpetue no poder); a proteção à liberdade de expressão (para que possam expressar sua oposição aos atos e opiniões de indivíduos em posição de poder.

Logo, para que uma democracia seja efetivamente plena e funcional, ela precisa cumprir todos os requisitos elencados pela advogada Gabriela Prioli. É muito comum, inclusive, que países antidemocráticos – como já mencionados acima - tenham, por exemplo, eleições, mas elas, por si só não garantem o “status” de Estado Democrático de Direito a estes países, pois pode haver, ao mesmo tempo, partido único, perseguição a jornalistas e oposição e/ou interferência do Executivo nos demais poderes.

Por isso, devido ao histórico mundial de centralização de poder e crise institucional, faz-se urgente difundir as ideias de liberdade e emancipação individual e deve-se rechaçar a polarização extremista e o “culto ao líder”. Apenas com uma política voltada ao bem estar de todos, é que se fornecerá um ambiente mais seguro para os grupos minoritários atingirem a dignidade da pessoa humana, a qual é preconizada na Constituição Federal brasileira, em seu artigo 1º, III.

#### 4.2 A RENOVAÇÃO DAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 2022 TROUXE MAIS REPRESENTATIVIDADE PARA AS MINORIAS?

Antes de adentrarmos em outras problemáticas que os grupos minoritários ainda sofrem no Brasil, devemos analisar como está a formação do Novo Congresso para os anos entre 2023 e 2026, a fim de se entender a magnitude do problema da sub-representação de minorias em cargos políticos.

Em um estudo lançado em outubro de 2022 pelo Instituto Millenium, observou-se que a Câmara contou com a eleição de políticos de carreira e com pouca inclusão de mulheres, negros e LGBTs.

Em um dos gráficos feitos pela metodologia do instituto, a renovação “pura” de deputados federais ocorreu em apenas 7.6% dos eleitos. O estudo entende como renovação aqueles candidatos eleitos que concorreram pela primeira vez e que não têm histórico de familiares na política.

Além desse fator, o instituto também analisou a divisão do Fundo Eleitoral entre os candidatos a todos os cargos nas eleições de 2022 e constatou o seguinte:

De acordo com os dados analisados até o dia 03 de setembro, 3,4% dos candidatos receberam o equivalente a 90,7 % dos recursos disponíveis do fundo. Em outras palavras, 950 candidatos tiveram acesso a R\$ 2,5 bilhões.

No recorte baseado em etnias, notou-se que quase todos os partidos destinaram mais recursos do Fundo Eleitoral para candidatos brancos (66,2% do valor total distribuído até o momento). PROS, DC, PSDB e PT foram os que mais destinaram recursos para candidatos brancos.

Ainda em relação à cor de pele, se analisarmos os números de modo superficial, perceberemos que houve um aumento de 21 para 27 negros na câmara dos deputados, o que representa um crescimento de 28,5%, em relação à composição anterior.

Complementarmente, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram registradas 14.015 candidaturas negras (49,57%) e 13.814 brancas (48,86%) para as eleições gerais deste ano. Isso mostra que, pela primeira vez, o número de candidatos negros superou o de candidatos brancos. Tal fato é importante, especialmente no Brasil, em que a maioria da população é parda ou preta.

A seguir, um gráfico formulado pelo Poder360, a partir dos dados disponibilizados pelo TSE sobre o aumento de candidaturas e candidatos negros eleitos:



Portanto, percebemos um aumento, eleição após eleição, no número de negros (pretos e pardos) disputando as eleições e conseguindo vitória. Contudo, apesar de esse dado ser extremamente positivo, o estudo do Instituto Millenium nos aponta algumas observações e irregularidades que ocorreram nas eleições para deputados federais (o foco do estudo):

No entanto, ao aprofundarmos a análise, percebemos que o número pode esconder detalhes importantes. O pleito de 2022 contou com um incentivo para a inclusão de negros e mulheres na chapa: tais minorias tinham peso 2 na conta para o recebimento do Fundo Eleitoral. O objetivo pretendido era que, de fato, mulheres e negros fossem mais representados. Mas a consequência não planejada foi que alguns candidatos mudaram de cor em sua autodeclaração.

Existiram alguns casos em que os candidatos eleitos alteraram a cor de pele entre uma eleição e outra, o que representa uma clara fraude ao sistema de cotas eleitorais. O que é uma medida para favorecer a inclusão de uma minoria étnica transformou-se em um meio nefasto de acumular mais dinheiro do Fundo Eleitoral em candidatos não negros.

Casos como os citados fornecem apenas uma pista de que, talvez, a mudança na composição racial da Câmara não tenha sido tão significativa. Todavia, também existiram casos



no sentido oposto: de pardos que na nova corrida se autodeclararam brancos, o que gera uma “compensação” nos números.

Já em relação ao número de mulheres, houve de fato um pequeno aumento, de 15% para 17,7% (77 para 91 parlamentares) de deputadas federais. Dentre as mulheres, a maior parte (58) não está no grupo da reeleição e, na média, são mais escolarizadas que os eleitos do sexo masculino. 91% delas possuem curso superior, enquanto, para os homens, este percentual é de 81%.

Os partidos com as maiores bancadas femininas são também as maiores bancadas de maneira geral: PT (18) e PL (17). Já os com maior proporção de mulheres são PSOL (58,33%), PCdoB (50%) e Rede (50%).

Com isso, percebe-se que houve sim uma pequena melhora na representatividade na Câmara dos Deputados, porém de partidos tidos como os mais ideológicos, radicais e antagônicos de nossa política.

Tais dados demonstram que o Fundo Eleitoral, do modo como se encontra, à mercê dos caciques e líderes das legendas, apenas beneficia os políticos que tentam reeleição e já integrados ao sistema, enquanto dificulta a disputa dos candidatos de “primeira viagem”, ainda mais se forem mulheres, negros e LGBTQI+.

Um primeiro passo possível para alterar esse cenário seria distribuir melhor o dinheiro oriundo do Fundo Eleitoral para os políticos iniciantes, retirando o poder de decisão dos líderes partidários. Ou, em uma posição mais radical, acabar com o Fundo Partidário e Eleitoral, devido sua moralidade extremamente questionável, como bem constatou Alex Sousa Lobo (2022, pág. 32) em seu artigo acadêmico “Fundo eleitoral e o princípio da moralidade: a saturação do fundo especial de financiamento de campanha”.

(...) falaciosamente afirmam que “toda democracia tem um preço e que lutar contra o fundão é lutar contra a democracia”. Tal afirmação é falsa, visto que os candidatos que estão disputando a eleição pela primeira vez usam recursos próprios ou de doações, pois os recursos não chegam em suas mãos.

Logo, se quisermos fortalecer nossa democracia e aumentar a representatividade, devemos pressionar os parlamentares para pautarem projetos contra o Fundo Partidário e Eleitoral, ou o reformularmos, a fim de distribuir os recursos de uma maneira proporcional e favorável aos iniciantes na vida política. Isso já ajudaria na democratização da política e inclusão dos grupos minoritários na política.

#### **4.1.1) MINORIAS E REPRESENTAÇÃO NA DIREITA ATUAL**

No campo da direita liberal, percebemos que o espaço é majoritariamente composto por homens brancos de classe média. Não que haja problema em esse ser o quadro majoritário, mas tal diagnóstico afasta as pessoas que não se enquadram nesse núcleo, fazendo-as se sentirem menos propensas a pesquisar sobre a corrente.

Como os dados mostram, o Partido Novo teve o pior desempenho entre os partidos no que se refere às candidaturas negras em 2022, com apenas 19% de negros concorrendo a cargos em todo Brasil. Já em relação às mulheres, o partido esteve na terceira pior colocação, com 31,24% de candidatas. Isso não prova que o Liberalismo não olha para os mais vulneráveis. Apenas comprova que os líderes liberais não estão conseguindo passar suas agendas para estes grupos. É um fracasso de comunicação.

Por outro lado, temos o campo da Esquerda, que abarca a maior parte das minorias e incentiva sua participação na política, seja por meio da simples filiação ou candidatura. Ao longo dos anos, e especialmente após a Ditadura Militar, a esquerda conseguiu ser hegemônica no debate público, pois o seu rival (Direita) ficou associado ao militarismo e contra pautas minoritárias. Assim, com fomento à criação de partidos, formação de futuros líderes e difusão da ideologia nas universidades e mídia, o progressismo cresceu substancialmente.

Dessa forma, entende-se o porquê há maior preferência do eleitor e cidadão que faz parte de alguma minoria em se sentir mais representado na esquerda do que na direita liberal.

Apesar disso, o cenário está mudando, como é explicitado pelos acontecimentos recentes:

a) facilitação do Partido Novo quanto a filiação de pessoas mais pobres, os isentando da contribuição mensal;

b) o aumento no número de vereadoras do Novo eleitas em 2020 (total de 10), em comparação com 2016;

c) a criação de páginas e organizações liberais voltadas para o público feminino como o Lola Brasil e o Instituto Damas de Ferro;

d) foco em pautas sócio-políticas relevantes, como Saneamento Básico, redução de tributo sobre remédios e medicamentos, combate ao feminicídio, distribuição de absorventes

para a comunidade e grupos liberais de acolhimento à comunidade LGBTQI+, como promove o *Students for Liberty Brasil* e o Livres.

Por isso, é tão importante a corrente liberal difundir suas ideias econômicas, mas também não esquecer de dar respostas para problemas sociais urgentes. Por ter priorizado debates técnicos e longe da realidade prática da grande maioria dos brasileiros, o Liberalismo perdeu relevância e apoio das camadas vulneráveis da sociedade.

Essa falha cobrou um preço na eleição de 2022, visto que a bancada do Partido Novo encolheu no número de deputados federais eleitos e outros cargos disputados, enquanto pessoas “fisiológicas” e sem preparo conseguiram se eleger.

Nesse sentido, a representatividade incentiva que outros indivíduos pertencentes a determinados grupos se sintam motivados a também ocupar estes mesmos espaços que anteriormente os excluía. Só pelo exemplo, acolhimento, políticas públicas baseadas em dados e representatividade é que o Brasil poderá se tornar uma terra fértil para qualquer cidadão, sem excluir ninguém, e garantindo a todos a dignidade expressa em nossa Carta Magna.

#### 4.2.2 Preconceito e desconfiança sofridos por grupos minoritários na política

Infelizmente, além de sofrerem com menores salários, violência policial e exclusão social, as minorias ainda têm dificuldade em entrar no meio político. E quando entram e se destacam, sofrem as mais variadas ofensas, ataques e perseguições.

Um caso marcante se refere à reeleição do Governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que conseguiu manter-se no cargo mesmo após a revelação de sua sexualidade. Contudo, desde então, ele tem sofrido ataques homofóbicos de adversários, o que demonstra o quão difícil é ser homossexual em um país como o Brasil, ainda mais ocupando um cargo de relevância pública.

Porém, mesmo com as represálias, conseguiu se reeleger e representa um governante equilibrado e não extremista, com ideias centradas. Mesmo não tendo uma clara posição política, ter um governador homossexual é um avanço que merece ser valorizado.

Já quanto às mulheres, temos o exemplo da vereadora por Belo Horizonte, Marcela Trópia e a deputada federal Tabata Amaral que sofreram ofensas, ameaças e xingamentos simplesmente por serem mulheres e terem opiniões próprias.

Por fim, em relação às pessoas negras, temos casos conhecidos de racismo e preconceito, entre eles o do ex-vereador por São Paulo, Fernando Holiday, que foi chamado de Capitão do Mato por Ciro Gomes em 2018. Após entrar na justiça, Holiday ganhou o processo e a justiça condenou Ciro pelo crime de Injúria Racial.

No caso do ex-vereador, sua trajetória política foi ainda mais complicada por ele ser um homem negro, LGBTQI+ e se considerar de direita liberal. Logo, sofreu os mais variados xingamentos na internet e ofensas por seus opositores.

## **5. A OPRESSÃO SOFRIDA PELAS MINORIAS NO BRASIL POR ESTATÍSTICAS E AÇÕES PARA EQUALIZAR SEUS DIREITOS**

### **5.1 COMO ESSA PROBLEMÁTICA INTERFERE NA GARANTIA CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DESTES INDIVÍDUOS**

Ao longo da História, os mais poderosos e oriundos de famílias reais e de determinadas linhagens étnicas recebiam as maiores mordomias, melhores vestimentas, comidas e casas, enquanto o fardo de trabalhar (muitas vezes trabalho escravo) e de pagar tributos era responsabilidade da população comum, que mal conseguia sobreviver.

Esse período de exploração e submissão foi anterior ao Estado Moderno Liberal e antes da consolidação do Capitalismo e do Liberalismo.

É evidente, tanto pelos números quanto pela percepção popular, que ainda temos problemas graves, a exemplo do racismo, discriminação, pouca acessibilidade para as pessoas com deficiência, desigualdade salarial, violência física/sexual contra as mulheres e miséria. Esses fatos são ainda mais alarmantes no Brasil, país que continua ruim nos mais variados parâmetros nacionais e internacionais.

Este trabalho provará, por associação e relação estatística, que as nações mais livres econômica e politicamente são as que melhor enfrentam a opressão, violência, desigualdade e pobreza apontadas acima. Ainda, a monografia busca trazer soluções para estes tópicos, baseando-se em nossa realidade.

Apenas com um novo liberalismo propositivo é que a nação brasileira poderá combater os males mencionados acima. Nesse sentido, o Social Liberalismo parece ser o modo mais efetivo de combater as problemáticas das minorias, ao mesmo tempo em que continua com as ações tipicamente liberais, como reformas e fortalecimento da democracia representativa.

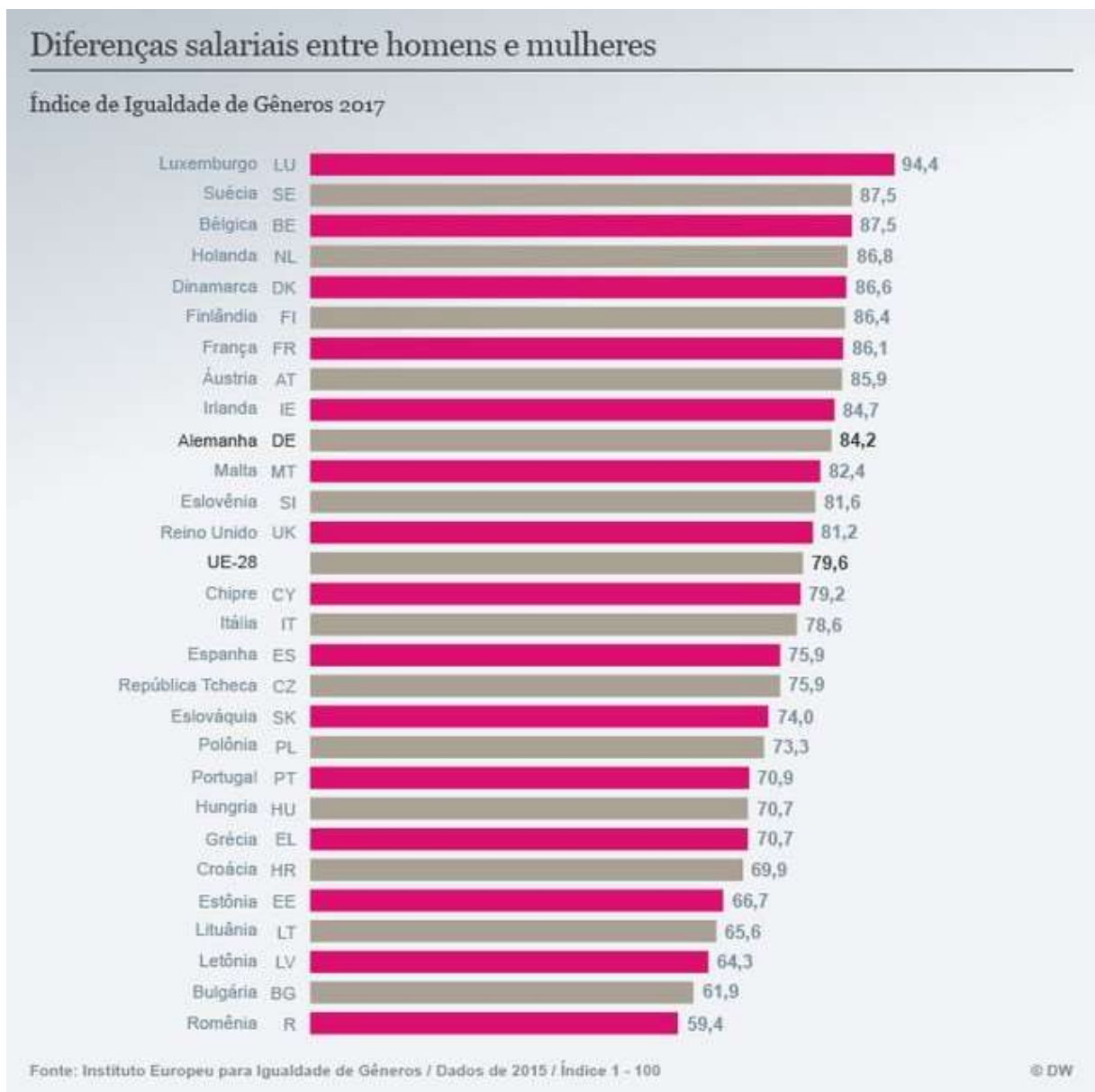
Mas o que seria esse Social Liberalismo? Resumidamente, é a vertente liberal que continua a apoiar um Estado pouco interventor na economia e na vida individual dos cidadãos, mas que compreende que os problemas sociais mais imediatos não serão resolvidos apenas pelo “mercado”. Logo, propõem medidas assistencialistas de curto e médio prazo, a exemplo do Bolsa Família e promoção de serviços públicos de qualidade.

Nas palavras de Antonio Paim (2019, pág. 246), em seu livro “Evolução Histórica do Liberalismo:

O assim chamado liberalismo social desdobrar-se-á, então, em uma série de vertentes que expandem o alcance dos conceitos de direitos e liberdades e das políticas estatais necessárias para a sua garantia e proteção, numa perspectiva cada vez mais universal.

Ainda sobre os desafios enfrentados pelos grupos minoritários, um estudo publicado em 2017 pelo Instituto Europeu para Igualdade de Gênero, fez a comparação entre os países da Europa sobre a métrica da desigualdade entre homens e mulheres, no que diz respeito à diferença salarial, de ocupação de altos cargos privados e públicos e violência.

O resultado foi o seguinte:



O relatório aponta que entre 2005 e 2015 houve progressos em quase todos os países da União Europeia, visto a média do índice aumentou de 62 para 66,2 pontos em toda a Europa. Porém, ainda há muito a ser feito para alcançar menos disparidades.

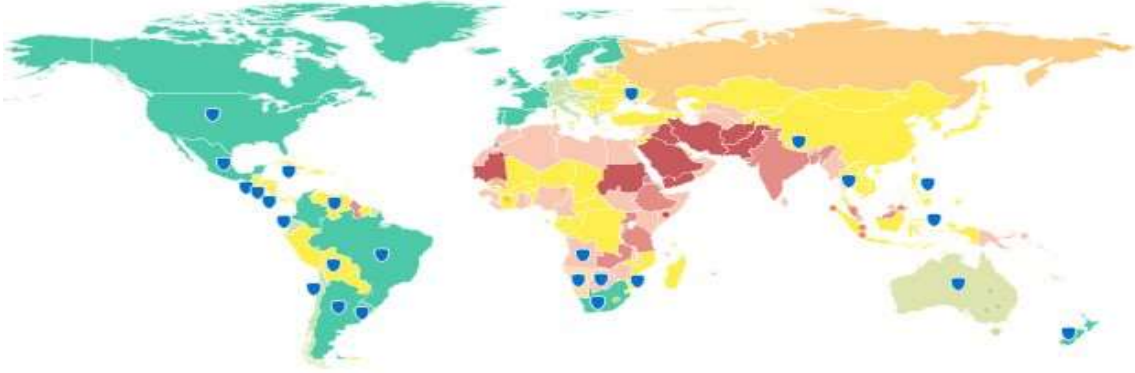
Correlacionando-se ao estudo abordado, temos o ranking mais atual da *Heritage Foundation* sobre liberdade econômica nos países no ano de 2022 e o que se observa é que os países que possuem menos problemas sociais, raciais, de miséria e de desigualdade também são os mais liberais e capitalistas, em termos econômicos e políticos.

Os países europeus mais bem avaliados são os seguintes: Suíça, Irlanda, Luxemburgo, Estônia, Finlândia, Dinamarca, Suécia, Islândia, Noruega e Alemanha.

Para além destes indicadores, também podemos listar os países que legalizaram ou descriminalizaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O estudo foi feito em 2016 pelo *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA)*:

## Leis sobre orientação sexual no mundo

Veja os países que criminalizam e os que reconhecem a homossexualidade



### Criminalização

- Pena de morte
- Prisão 14 anos a perpétua
- Prisão até 14 anos
- Leis de propaganda que limitam a liberdade de expressão
- Sem penalidade especificada

### Proteção

- Leis antidiscriminação
- Sem lei específica**
- Leis que penalizam ato sexual foram descriminalizadas ou nunca existiram

### Reconhecimento

- Casamento
- Substituto ao casamento igual ou quase igual
- Substituto ao casamento claramente inferior

Fonte: ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association)



Infográfico elaborado em: 17/06/2016

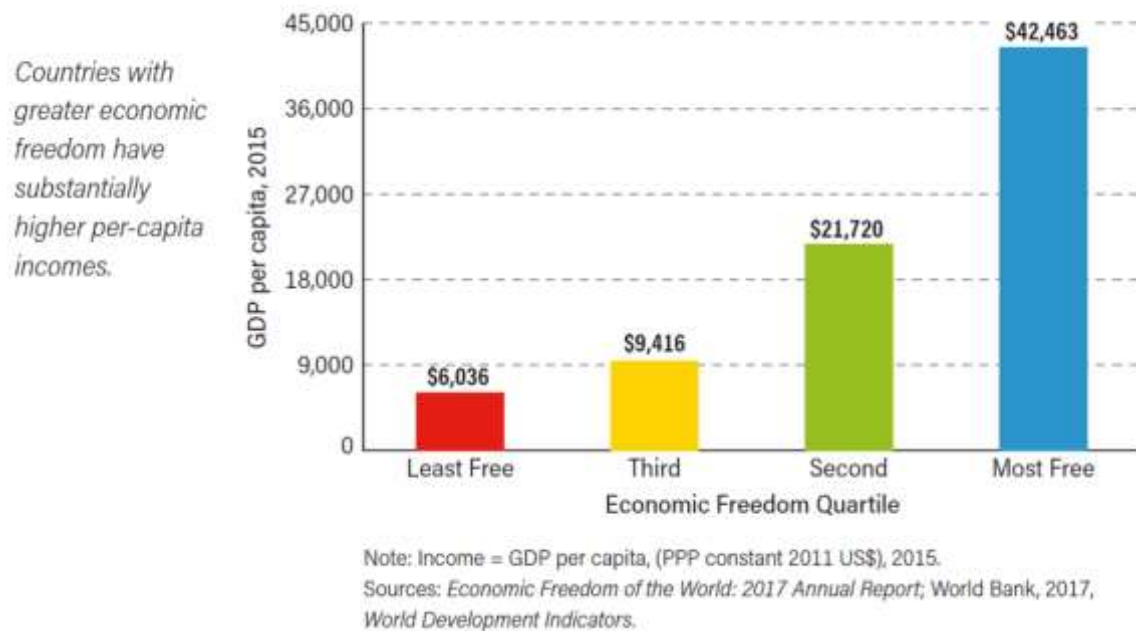
Os países em que a “conduta homossexual” é penalizada, rechaçada e condenável à prisão ou morte possuem um Estado religioso, majoritariamente pobre e/ou vivem sob um regime autoritário. Logo, nenhum país verdadeiramente de direito, democrático e liberal possui tais normas discriminatórias.

Em 2019, Botswana descriminalizou a relação homoafetiva. A nação africana é regida, há muitos anos, por políticas econômicas e sociais majoritariamente liberais, o que demonstra que essa corrente cria incentivos para a aprovação de medidas em defesa da liberdade.



Portanto, se analisarmos o continente europeu e os demais do mundo e compararmos os índices de igualdade de gênero e igualdade de tratamento para heterossexuais e membros da comunidade LGBT com as práticas econômicas liberais adotadas por estes países, temos uma correlação positiva e benéfica. Nenhum país “antiliberal” garante essa igualdade de direitos.

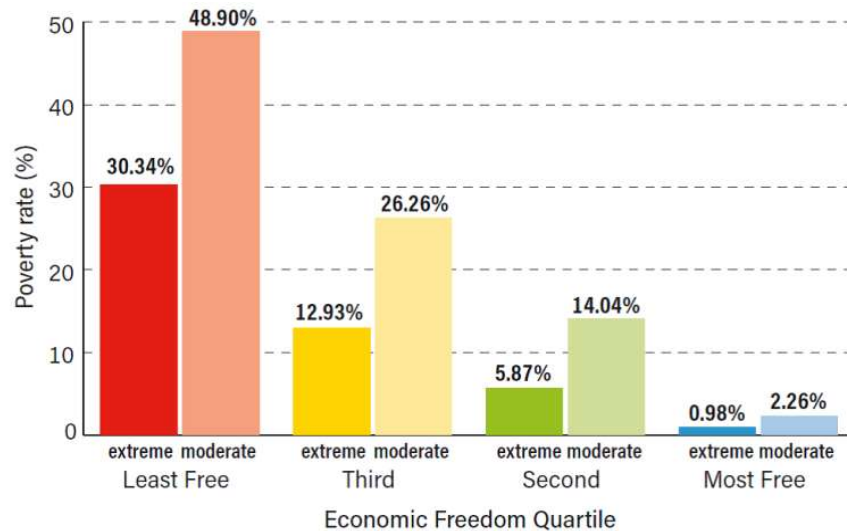
Além do mencionado nos parágrafos anteriores, é possível também analisarmos o quanto os países com mais e menos liberdade econômica cresceram sua renda per capita. O indicador ajuda a medir o grau de desenvolvimento econômico de um país ou região. A renda per capita é obtida mediante a divisão da Renda Nacional pelo número de habitantes do país. É uma média do quanto cada cidadão recebe por ano.



Devido à consolidação do sistema liberal na maior parte do mundo, países tornaram-se desenvolvidos, pessoas foram libertas da escravidão, leis e constituições foram instauradas e a ascensão socioeconômica a partir da inovação e oferta de bens e serviços fez os mais ricos ficarem ainda mais abastados; mas também permitiu aos mais vulneráveis ter um emprego, educação pública, bens diversos e direitos civis.

Como os dados provam, países com práticas liberais tendem a ter menos pobreza e menos desemprego:

*Extreme and moderate poverty are lower in countries with more economic freedom.*



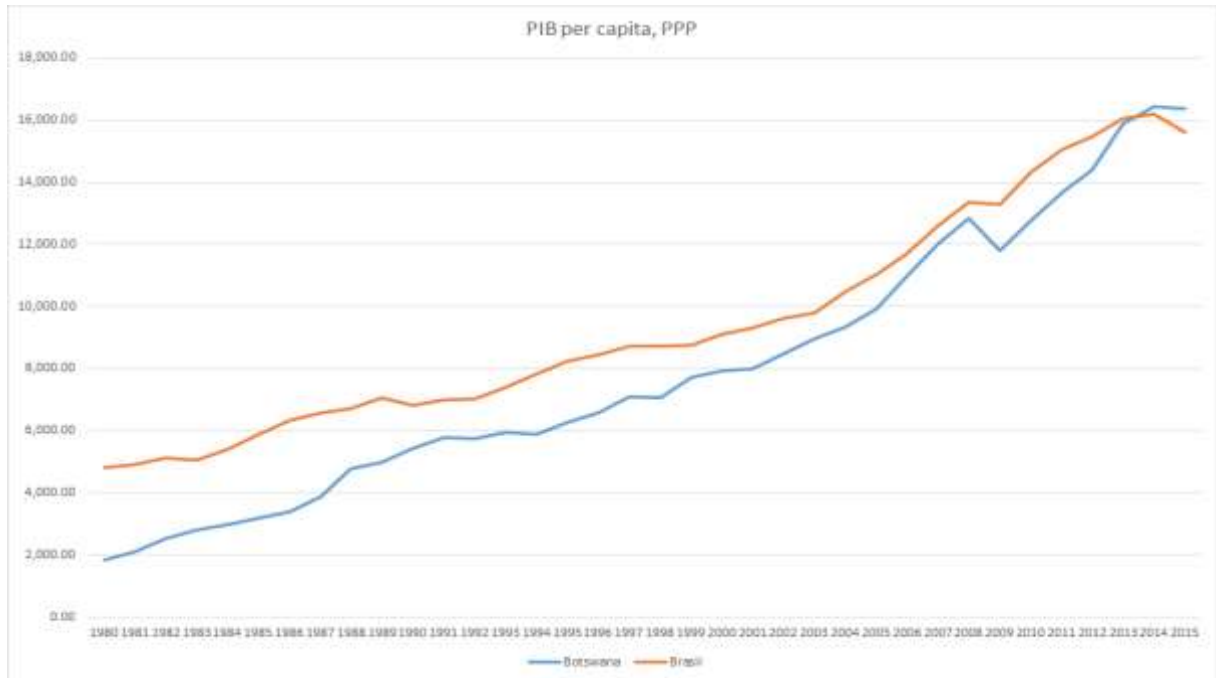
Note: The **extreme** poverty rate is the percentage of a country's population that lives on \$1.90 per day; the **moderate** poverty rate is the percentage that lives \$3.10 per day, in 2011 constant PPP-adjusted dollars.

Sources: *Economic Freedom of the World: 2017 Annual Report*; World Bank, 2017, *World Development Indicators*; for details, see Connors, 2011.

Entre as nações ricas temos os Estados Unidos, Canadá, países europeus de modo geral, Hong Kong, Coreia do Sul e Austrália. Entretanto, temos países que estão evoluindo seus indicadores e, em breve, estarão na primeira prateleira. São eles: Botsuana e Ruanda na África; Taiwan na Ásia; Uruguai na América do Sul; Estônia e Geórgia na Europa.

Qual o ponto em comum entre todos? Possuem um Estado eficiente, políticas públicas eficazes, responsabilidade fiscal, abertura para investimento privado, combate à corrupção e à discriminação contra as minorias e, por fim, investimento correto na educação básica e superior.

Abaixo, um gráfico que compara o crescimento do PIB Per Capita entre Brasil e Botsuana, entre os anos 1980 e 2015. Demonstra-se como a nação africana evoluiu a renda da população. A estatística abaixo foi realizada a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI):



Sobre esse “boom” do país africano, temos a análise da Internacionalista Patrícia Fiuza Lima Scharf (2018, pág.44):

ao observarmos a progressão do crescimento botsuano ao longo dos anos, a magnitude dos avanços fica muito clara: de 1998 para 2007 houve um aumento de aproximadamente US\$ 14.700 na renda per capita

Essa melhora na qualidade de vida está relacionada a quatro fatores: gerência consciente dos recursos naturais, diversificação da economia (como turismo), combate à corrupção e investimento em educação universal para a população jovem.

Scharf também explica que:

Seu governo tem uma tradição de respeito à propriedade privada e tem sido bastante **eficiente na burocracia e simplificação do sistema tributário**. A democracia sempre foi respeitada e, desde sua ‘libertação’ dos colonizadores, o Estado nunca sofreu golpes militares. (...) Graças a esta particularidade na administração dos recursos botsuanos, houve uma queda grande na pobreza, ainda que a carência afete um em cada cinco habitantes do país.

Por fim, a autora traz outras comparações entre o país africano e o Brasil, mostrando que o país não apenas está melhor do que seus vizinhos, como também já possui alguns dados consideravelmente superiores aos nossos. Entre eles, maiores taxas de poupança pela população de Botsuana, maior PIB per capita, menor dívida pública e maior índice de liberdade econômica pela *Heritage Foundation*.

Todavia, é bom enfatizar que o fato de Botsuana estar melhorando seus índices sociais, econômicos e políticos não significa que ela é uma nação sem defeitos e sem problemas

estruturais. Eles existem e são muitos. Porém, é inegável que tem melhorado ano após ano graças a políticas liberalizantes e a um Estado atuante nas áreas certas.

Mas isso não é tudo. Abaixo, temos o comparativo entre o índice de desenvolvimento humano dos principais países e suas respectivas posições no ranking de liberdade econômica no ano de 2017:

PAÍSES	ILE	IDH
Hong Kong	1ª posição	7ª posição
Nova Zelândia	3ª posição.	16ª posição
Suíça	4ª posição.	2ª posição.
Irlanda	5ª posição.	4ª posição.
Bélgica	43ª posição.	17ª posição.
França	52ª posição.	24ª posição.
África do Sul	95ª posição.	113ª posição.
Chile	15ª posição.	44ª posição.
Venezuela	159ª posição.	78ª posição.
Brasil	137ª posição.	79ª posição.
Japão	39ª posição.	19ª posição.
Estados Unidos da América	11ª posição.	13ª posição.

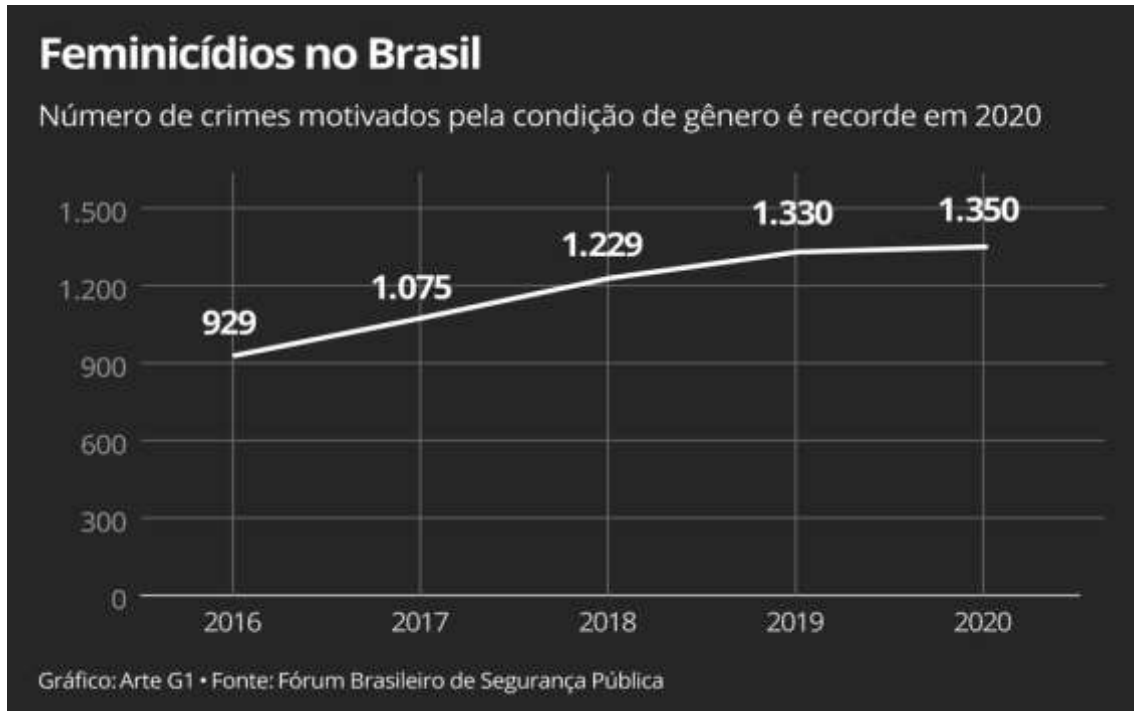
Fontes: Heritage Foundation e IDH (2017)

Resumidamente, o IDH compila um conjunto de fatores sociais e econômicos, como riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Assim, países liberais, independentemente da região em que se encontram, são os melhores para se viver e, conseqüentemente, as minorias também encontram um ambiente mais seguro e mais propício para viverem dignamente.

Quanto à situação do Brasil, é de conhecimento geral que somos um local violento, com bastante insegurança e violência generalizada para todos os cidadãos, em especial às mulheres, LGBTQI+ e negros. Nos próximos tópicos, abordaremos especificamente a situação das minorias.

### 5.1.1 Mulheres, feminicídio e desigualdade salarial

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2021 assinalou uma subida no número de feminicídios no ano de 2020, continuando a tendência dos anos anteriores. Como especialistas apontam, a partir de 2020 a pandemia de covid contribuiu demasiadamente para esse número, pois as mulheres ficaram dentro de casa com seus agressores.



Como se obtém do dado acima, houve um crescente aumento nos casos de feminicídio no Brasil, embora haja uma lei específica (feminicídio) e pena maior para quem comete tal crime. Isso demonstra que a criação de uma lei, por si só, não resolve o problema. É preciso implantar essa punição exemplarmente e aperfeiçoar atuação dos órgãos de inteligência e do sistema judiciário na punição desses feminicidas.

Outro ponto levantado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública foi a faixa etária e a etnia das vítimas de violência doméstica e feminicídio.

A diferença racial nas vítimas de feminicídio é menor do que a diferença nas demais mortes violentas intencionais. 37,5% das vítimas de feminicídio são brancas e 62% são negras. Nas demais mortes violentas intencionais, contudo, 70,7% são negras e apenas 28,6% são brancas

A idade mais afetada por esses números é a faixa entre 18 e 24 anos.

Dessa forma, as mulheres, em especial as jovens negras, são um dos grupos mais vulneráveis em nossa sociedade e precisam de um olhar mais atento da sociedade civil, Estado, iniciativa privada e mídia.

A existência de programas de apoio às vítimas de estupro e violência doméstica são medidas positivas para acolher estas pessoas, mas também é necessário se discutir uma reanálise do sistema penal e Código Penal brasileiros, com penas mais rígidas, diminuição de “benefícios” para os presos por crimes hediondos e aperfeiçoamento da atuação policial nas cidades e maior resolutividade de crimes, com investimento em inteligência tática e câmeras de segurança, por exemplo.

Para além da violência física, também é evidente que as mulheres (brasileiras) sofrem com a **desigualdade salarial**, mesmo ocupando os mesmos cargos e tendo experiência profissional semelhante. Sobre esse tema, o estudo da IDados, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE nos revelou o seguinte:

## Diferença entre salários de mulheres e homens

Rendimento real mensal do trabalho principal no 4º trimestre



Fonte: IDados, a partir de dados da PNAD

O gráfico nos indica que a desigualdade de salário entre os sexos permanece alta e estável:

Embora a diferença do rendimento médio entre gêneros venha mostrando uma tendência de redução nos últimos anos, o levantamento mostra que, quando se compara a renda da hora trabalhada entre profissionais do mesmo perfil de escolaridade, cor e idade, e no mesmo setor de atividade e categoria de ocupação, a desigualdade permanece estagnada no patamar de 20%.

Outra estatística alarmante se refere ao maior desemprego presente entre as mulheres. Segundo a última pesquisa do IBGE (2021), dos 12 milhões de brasileiros desempregados, 6,5 milhões são mulheres, segundo última pesquisa do IBGE.

Ante a exposição dessa problemática, tem-se que o **artigo 5º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)** não vem sendo cumprido em nosso país. Vejamos o que está descrito: “A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo”.

Portanto, urge a cobrança de ações dos governos e iniciativas privadas para reduzir, e a longo prazo acabar, com a violência contra as mulheres e a diferença salarial dos indivíduos com o mesmo perfil profissional e acadêmico.

Existem, inclusive, empresas que tem percebido o fortalecimento da pauta de inclusão de mulheres ao mercado de trabalho e tomado ações nesse sentido, como contratação de mais mulheres e programas de especialização dos trabalhadores, para que possam aumentar sua produtividade e, conseqüentemente, serem mais bem remunerados.

Isso demonstra que uma empresa, por almejar o lucro e buscar uma visão positiva perante os seus consumidores, precisa se destacar no mercado e atrair as pessoas. E uma forma eficiente de se diferenciar é a partir da inclusão de minorias em seus quadros de trabalho e de poder. Logo, para além da ética e da lei, existe também a lógica capitalista que favorece essa inclusão no mundo dos negócios.

Já em outro foco, temos que as nações que mais respeitam as mulheres e mais lhes fornecem oportunidade de estudo, emprego e menos probabilidade de violência doméstica são (novamente) os países ocupantes do topo da Liberdade Econômica. O Brasil se encontra na 98ª posição, de um total de 167 países.

Outrossim, temos países que não ocupam as primeiras posições, mas que estão evidentemente melhores que o Brasil e estão no “mesmo nível” de desenvolvimento, sendo: Cingapura (23º), Chile (55º) e Uruguai (58º). Isso mostra que lutar pela liberdade econômica significa seguir o modelo internacional que funciona e que traz benefícios para todos os indivíduos.

Assim, entre as medidas que devem ser estudadas e aplicadas estão:

- a) campanhas de conscientização para os males da violência doméstica, com o devido incentivo à denúncia;
- b) reformulação do código penal para reduzir as “benesses” concedidas a criminosos, como as saidinhas e investir no melhoramento da infraestrutura dos presídios;
- c) maior participação do homem nos cuidados domésticos e de criação dos filhos, para que haja uma divisão de tarefas mais justa entre ele e a companheira;
- d) discussão sobre ampliação do prazo para a licença-paternidade;
- e) aplicação de medidas de livre mercado, para que se integre as mulheres ao mercado de trabalho e as traga maior autonomia financeira.

### 5.1.2 LGBTQI+ e preconceito

Em uma pesquisa inédita realizada em 2022 no Brasil, 2,9 milhões de pessoas de 18 anos ou mais se declaram lésbicas, gays ou bissexuais. O dado coletado pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) nos indica que a auto identificação neste grupo está relacionado a

peessoas mais jovens, mais ricas e mais escolarizadas. Porém, é bem provável, como o próprio estudo aponta, que haja subnotificação.

Ainda, um relatório feito pelo Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no Brasil apontou o Nordeste como a região com o maior número de mortes provenientes da LGBTfobia em 2020, seguido pelo Sudeste. O Nordeste contou com 113 casos, enquanto o Sudeste com 66.

Com isso, mesmo que estas regiões tenham níveis diferentes de desenvolvimento social, econômico e cultural, ainda sim a comunidade LGBT sofre em qualquer uma delas. O “olhar diferente”, ofensas, ameaças e agressões ainda são uma realidade em nosso país.

Complementarmente, ainda há uma relação positiva entre a inclusão da população LGBT e o desenvolvimento da economia nos países emergentes. Além de ser eticamente errado segregar indivíduos pela cor de pele, sexualidade e/ou identidade, essa exclusão é política e economicamente irracional, como constatou um estudo recente divulgado pela Williams Institute.

O referido estudo analisou o impacto econômico para países que tratam os LGBTQIA+ de modo diferente entre si. Aquelas nações que incluem essas minorias no ordenamento jurídico e combatem os preconceitos por eles sofridas, têm melhores índices econômicos.

O estudo constatou também os problemas comuns que os LGBTQIA+ sofrem rotineiramente nos países emergentes, ou mesmo desenvolvidos: violência policial exacerbada, menor empregabilidade dessas pessoas devido a agressões físicas e psicológicas, maior evasão escolar em razão de bullying e maiores problemas psíquicos, como traumas e depressão.

A organização *Apolitical* (2017) resumiu de modo claro e direto as descobertas deste estudo da *Williams Institute*:

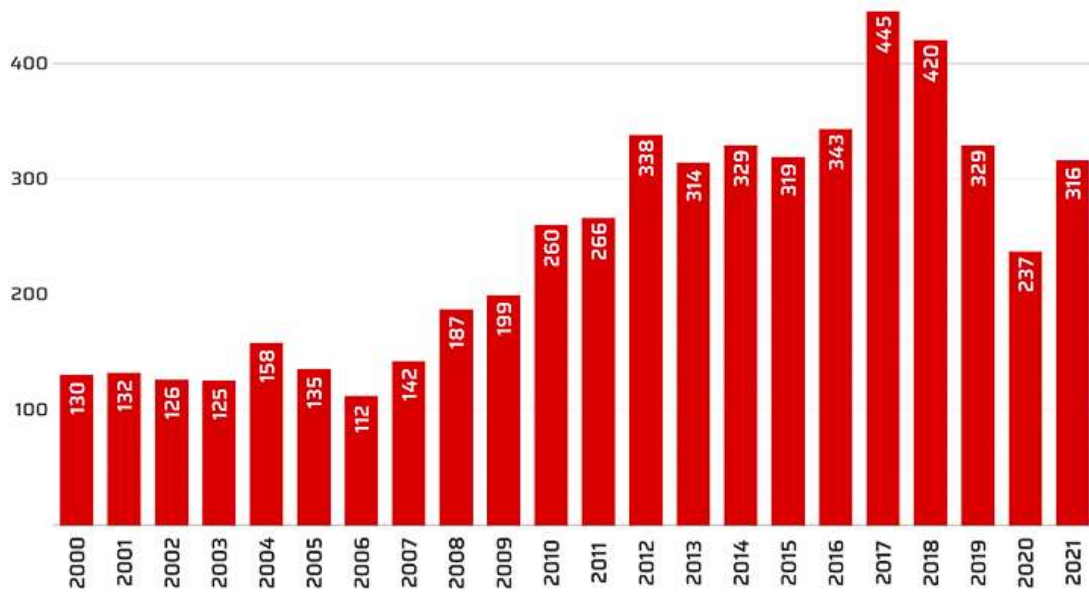
O Williams Institute comparou a produção econômica de 39 países desenvolvidos e emergentes em relação de como eles são LGBT inclusivos. Eles encontraram uma correlação clara entre **maiores proteções legais para pessoas LGBT e o aumento do PIB per capita**. Eles igualaram o impacto a cerca de US \$ 1.400 de PIB per capita por ponto, em uma escala de oito pontos de direitos LGBT. Outras correlações positivas incluíram maior realização educacional e expectativa de vida.

Dessa maneira, se quisermos ter maior desenvolvimento em nosso país, é necessário incluir todos os grupos segregados da sociedade no mercado e nas políticas públicas como forma de potencializar a geração de oportunidades, empregos e melhora dos índices sociais.

Ainda sobre o tema, abaixo temos um gráfico que mostra a evolução no número de mortes violentas contra membros da comunidade LGBTQIA+ no Brasil:



### NÚMERO DE MORTES VIOLENTAS DE LGBTI+ NO BRASIL ENTRE 2000 A 2021



FONTE: Acontece LGBTI+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2021.  
GRÁFICO: Carolina Menezes.

Percebe-se pelo gráfico, que há uma variação entre aumento e queda no número de mortes violentas contra LGBTs a depender do ano. Entretanto, a verdade é que nenhum governo ainda conseguiu diminuir esse dado alarmante de modo constante e sequencial.

Apesar dessa estatística, a população brasileira já se mostra vigilante quanto a esse tipo de preconceito e violência, sendo que na pesquisa PoderData, realizada de 19 a 21 de junho de 2022, 63% dos brasileiros entrevistados afirmaram existir preconceito contra os LGBTs no país. O primeiro passo para a resolução de um problema é reconhecer sua existência.

Aliado à percepção popular, tivemos também ao longo desses anos a criação e implantação de leis específicas contra a LGBTfobia, exposição destes crimes pela mídia e aumento (mesmo que pequeno) da representatividade deste grupo na política ou em movimentos sociais, como é o caso do governador reeleito Eduardo Leite pelo Rio Grande do Sul e da ativista transsexual Mariana Valentim, pelo partido Cidadania.

Esta última, inclusive, já relatou sofrer muita pressão da sociedade e de adversários por estar envolvida em causas liberais. Em suas palavras:

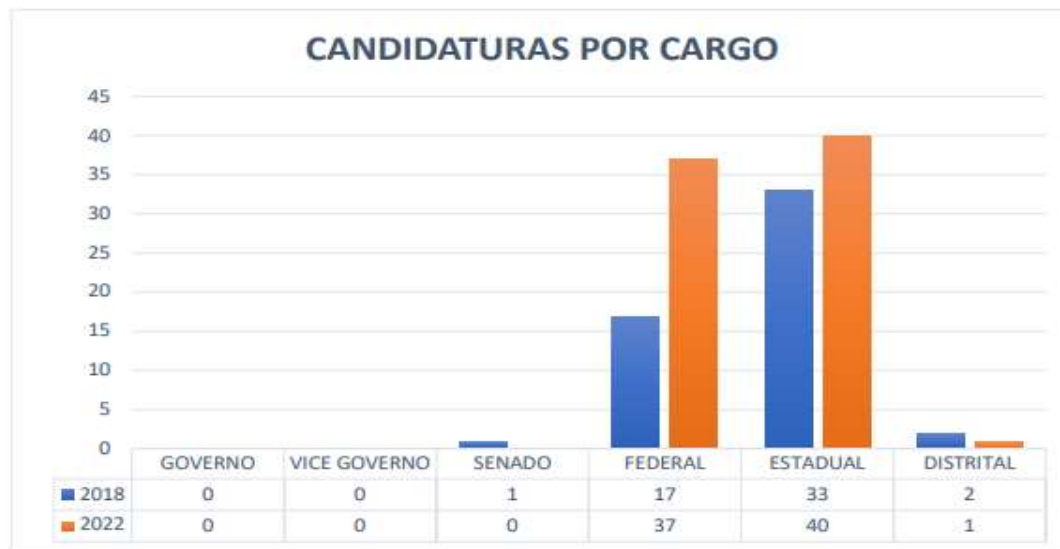
O movimento liberal engloba todas as minhas lutas. O que eu chamo de “caminho do meio” para encontrar a equidade de gênero seria uma saída para o autoritarismo que se vê na esquerda e na direita, no que diz respeito ao comportamento.

Com a história de vida de Mariana, entende-se a importância em discutir-se temáticas sociais e identitárias dentro do Movimento Liberal para compreender dificuldades

que muitos cidadãos brasileiros sofrem, para avançar a discussão além do óbvio: altos impostos, privilégios do setor público e reformas estruturais.

Quanto à representação política, tivemos pela primeira vez na história da política brasileira, duas mulheres trans eleitas como deputadas federais em 2022: Erika Hilton (PSOL), pelo Estado de São Paulo, e Duda Salabert (PDT), por Minas Gerais.

Para demonstrar esse relevante dado, abaixo tem-se um gráfico que compara as candidaturas das eleições de 2018 e 2022 de pessoas Transsexuais:



AUTORA: BENEVIDES, Bruna. 2022

Portanto, o Brasil tem avançado na representatividade política e pública das pessoas LGBTQI+, mas ainda há muito a ser feito, como punir severamente aqueles que cometem crimes contra esse grupo; incentivo às empresas privadas para contratação de LGBTQI+ a partir da lógica de maximização de resultados e produtividade e uma educação mais consciente e inclusiva, tanto pelos pais quanto pelas escolas, para que se ensine às crianças e adolescentes acerca da necessidade do respeito com a diversidade.

### 5.1.3 A dura realidade da comunidade negra no Brasil

Antes de nos aprofundar acerca de possíveis soluções para a garantia da dignidade constitucional das minorias no Brasil, faz-se necessário abordar o último grupo desta monografia: as pessoas negras.

Os negros historicamente sofreram com o racismo, tráfico negreiro, escravidão e com pouca inclusão por parte do Poder Público nos espaços de poder e de serviços estatais. Infelizmente, desde o fim da escravidão institucionalizada em 1888 pela Lei Áurea, os negros

nunca devidamente incluídos na sociedade civil, visto que eles continuaram sem acesso à educação e saúde de qualidade e bons empregos remunerados.

Outrossim, para além dos problemas estruturais que a falta de políticas públicas e inclusivas geram até os dias atuais, observamos que as pessoas negras são as maiores vítimas da violência urbana e policial, em especial os jovens de periferia. Apesar da violência atingir a todos, é inegável que ela traz mais prejuízos para os grupos vulneráveis.

Além disso, a comunidade negra em nosso país possui menor remuneração, assim como são a maioria pobre e menos escolarizada da população. Ou seja, há severos problemas tanto de origem estatal quanto de convivência dos próprios cidadãos que dificultam com que as pessoas negras tenham as mesmas oportunidades em todos os setores da vida.

O gráfico abaixo demonstra como os negros são as vítimas majoritárias de homicídio:

## Desigualdade racial



**77%** das vítimas de homicídio no Brasil **são negras**

Chance de um negro ser assassinado é **2,6x maior** do que a de um branco

Não negros

11,2

**Negros**

**29,2**

### Número de mortos

Não negros -33%

Negros

**+1,6%**

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Infográfico elaborado em: 31/08/2021



A partir da estatística acima, se prova que o Brasil é mais perigoso para o jovem negro. Já quanto às abordagens policiais e o comparativo entre cor de pele, o relatório (2021) divulgado pela Fundação João Pinheiro em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) nos informou o seguinte:

Os pesquisadores traçaram o perfil dos envolvidos e identificaram que quase **7 em cada 10 mortos ou feridos em abordagens da polícia são negros.**

A maioria são homens com até 29 anos de idade. Cerca de um terço estudou até o ensino fundamental.

Tal informação trazida pela Fundação nos indica que a luta pela igualdade e fim da violência – seja de brancos ou negros – está muito longe de ter fim.

Ainda sobre esse tema, é interessante analisar em quais estados a violência contra os negros apresenta maiores taxas. A partir do relatório da Atlas da Violência de 2018, as taxas de homicídio por 100 mil habitantes apontam que a chance de um negro ser assassinato é maior nas regiões Norte e Nordeste. Em 2018, Roraima foi o estado com a maior taxa (87,5), vindo em seguida Rio Grande do Norte (71,6), Ceará (69,5), Sergipe (59,4) e Amapá (58,3).

Logo, se quisermos resolver os casos de violência, precisamos analisar o porquê ela ocorre mais frequentemente contra os negros dos estados do norte e nordeste e como a situação econômica destas regiões se correlaciona com esse fator. Aparentemente, existe uma relação entre menos desenvolvimento econômico na localidade e violência deliberada contra as pessoas negras.

Para além desse tópico, temos também a situação do ensino educacional no Brasil, em que há uma discrepância entre a qualidade média dos colégios particulares e públicos. Nas escolas privadas, a maioria dos alunos é de classe mais alta e de pele branca. Nas escolas públicas, a maioria é mais pobre e de pele preta ou parda.

Ou seja, como o país não consegue, há décadas, melhorar substancialmente a qualidade de nossa educação básica e superior, as pessoas pobres e negras também acabam por ser mais prejudicadas e não conseguem, conseqüentemente, competir com os mais escolarizados.

Como se obtém, ainda há uma considerável diferença no aprendizado e conteúdos absorvidos entre os alunos do ensino particular e público. E, nos países desenvolvidos, um dos principais motivos para terem presenciado melhora econômica e social foi justamente por meio da educação.

Por essa razão, após toda a discussão traçada, faz-se preciso debater de modo maduro sobre:

a) melhor investimento em educação básica em nosso país, invertendo-se a pirâmide de gasto por aluno atual. Hoje, o Estado gasta mais com aluno de universidade do que estudante do ensino fundamental e médio. Nos outros países, o investimento é o oposto.

b) ampliação das cotas sociais e raciais, pois as primeiras englobam um maior número de indivíduos em situação de vulnerabilidade nos ambientes escolares, a partir de um

critério objetivo (como a renda); e das cotas raciais, porque incluem mais diversidade racial nas universidades. Contudo, as últimas ainda geram muita divergência dentro do movimento liberal sobre sua aplicação e quais mudanças poderiam ser feitas, a fim de se evitar fraudes, por exemplo.

## 5.2 AÇÕES A SEREM TOMADAS PARA IGUALIZAR OS DIREITOS ENTRE OS CIDADÃOS, TANTO NA LEI QUANTO NA REALIDADE

Tendo em vista todo o exposto por esta monografia, faz-se necessário compilar algumas medidas a serem tomadas pelo Estado brasileiro e setores da sociedade civil a fim de se criar um país com melhor qualidade de vida para toda a população.

Mas quais ações podem ser tomadas, tendo como foco as minorias mencionadas neste trabalho?

**a)** educação básica e superior de melhor qualidade, a partir de cotas sociais (e raciais, se assim entendido), flexibilidade nas grades curriculares, foco na alfabetização e primeira infância, integração dos alunos entre si, bem como combate à evasão escolar e bullying.

Como já é provado por dados, quanto maiores são as taxas de escolarização, menores são os registros de violência. E essa violência é especialmente percebida entre os mais jovens.

Como bem descreve Décio Oliveira dos Santos (2021) em seu artigo sobre “Educação como prevenção à violência”:

A mudança em direção a uma educação mais humanizada, menos engessada, e que de fato prepare os estudantes para o futuro está ainda em idealizações de docentes por todo o país. Possíveis soluções, se forem aplicadas, reverterem o cenário vivido, como a participação de maneira da família mais efetiva na vida escolar do filho, práticas pedagógicas voltadas para suprir necessidades do aluno, criação de projetos sociais para atender e acompanhar adolescentes em situações de criminalidade.

A educação, inclusive, é um dos direitos abarcados na Constituição Federal, que em seu artigo 205 explicita que:

A Educação, direito de todos e dever do **Estado e da família**, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Além disso, deve-se incentivar e propor o ensino da língua de sinais, braile e Educação Financeira a todas as escolas. Primeiro, se incluiria os grupos minoritários no cotidiano das novas gerações, para que estejam incluídas nos espaços sociais. Já o estudo de educação financeira serviria para criar adultos com domínio sobre o próprio dinheiro (salário) e, conseqüentemente, mulheres que não precisariam se submeter a relações abusivas por dependerem economicamente dos companheiros.

**b)** serviços públicos e privados de saúde para toda a população, garantindo o acesso de mulheres e homens aos procedimentos reprodutivos e de fertilidade seguros; aos transsexuais maiores de idade a possibilidade de alterarem de sexo e barateamento dos planos de saúde privado, a partir de redução de imposto na área e ampliação da concorrência.

Diferentemente do que muitos pensam, há sim uma associação entre aumento de violência (e obviamente discriminação contra minorias) com saúde pública/privada ruim. Sobre esse assunto, o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde divulgado pela Organização Mundial da Saúde (2002) nos informou que:

até recentemente, a saúde, tanto pública quanto privada, era responsável apenas por prover cuidados às vítimas de atos violentos. Agora, ela já é considerada em muitos lugares um importante aliado no impedimento ou na contenção da violência, dada a variedade de recursos que pode direcionar a esse trabalho.

Nesse sentido, a própria OMS explicou os caminhos necessários para combater e prevenir os casos de violência:

Entre as principais ações estão a criação, implementação e monitoramento de um plano de ação nacional para prevenção da violência; definição das prioridades e apoio à investigação das causas, conseqüências, dos custos e da prevenção da violência; apoio e assistência às vítimas; integração da prevenção da violência nas políticas sociais e educativas; e busca de respostas práticas e consensuais ao tráfico mundial de drogas e de armas.

Assim, o foco na saúde e no atendimento à classe mais necessitada seria essencial caso o Brasil deseje melhorar seus indicadores e trazer a dignidade da pessoa humana para todos os cidadãos.

**c)** Ampliar urgentemente a liberdade econômica no Brasil, com atração de investimento privado, leis trabalhistas mais flexíveis, redução e simplificação de tributos e fortalecimento de nossas instituições democráticas.

Como se obtém dos dados e comparações mencionados durante todo o desenvolvimento desta monografia, a liberdade econômica dos países é um passo para melhores índices sociais e políticos. Traz maior qualidade de vida para toda a população.

Dessa forma, o Brasil precisa alterar seu quadro atual, visto que atualmente encontra-se na parte de baixo dos principais rankings globais, como o de liberdade econômica e corrupção, o que dificulta a criação de empregos formais, atração de investimento em áreas essenciais como ciência e cria empecilhos para o pleno funcionamento de nossas instituições e órgãos democráticos.

**d) Leis e Políticas Inclusivas**, para que se fomente a inclusão dessas pessoas nos espaços de poder, a fim de que obtenham os mesmos, garantindo-lhes as mesmas oportunidades.

Como é constatado pela realidade brasileira, as mulheres, negros, LGBTQI+ e outras minorias sofrem os mais variados preconceitos e descaso por parte do Poder Público e da sociedade civil. Estes indivíduos não são incluídos no mercado de trabalho, sofrem com acessibilidade no sistema educacional e têm dificuldade em se enxergar na política nacional.

Logo, por meio de pressão popular, políticas públicas e ações da sociedade civil, devemos criar condições para a correta inclusão destes grupos minoritários no seio social, como assistência médica especializada, novo método de educação que prioriza a comunicação e interação entre as crianças e adolescentes e programas de especialização no trabalho, para que estas pessoas sejam mais facilmente colocadas no mercado e possam ganhar a própria independência.

**e) Aumento e incentivo à representatividade política e punição legal aos discursos de ódio.**

Como já colocado na presente monografia, os países desenvolvidos conseguiram melhorar seus indicadores e aplicar melhores medidas governamentais, a partir do momento em que conseguiram elevar a representação dos mais variados setores da sociedade na política.

Sobre esse tópico, temos melhorado, mas ainda não o suficiente. Além disso, temos visto que esse aumento da representatividade nos partidos não necessariamente é “positivo” para a aplicação e formulação de políticas públicas, pois ocorre em partidos mais radicais e, em alguns casos, por meio de fraudes ao sistema de cotas.

Por fim, temos que outro grave problema em nossa sociedade e que afeta os grupos mencionados é o discurso de ódio, que ocorre especialmente nas redes sociais e têm crescido. Esse conjunto de preconceito, ofensa, perseguição e discriminação devem acabar, a partir da punição exemplar perante a lei a quem comete tais crimes.

Essa punição deve ser realizada a partir das ferramentas legais já existentes, como enquadramento em crimes de ameaça, calúnia, difamação ou injúria, e com o aperfeiçoamento

das próprias plataformas de mídias sociais e organizações independentes em combater o radicalismo e o compartilhamento de Fake News por parte dos usuários.

## CONCLUSÃO

Nesse diapasão, após toda a dissertação, fica evidente a necessidade de o Brasil ser englobado na economia internacional e praticar as ações liberais já testadas pelos países de primeiro mundo.

Apenas com independência entre os poderes, instituições democráticas fortes, liberdade de expressão e imprensa, combate à corrupção, leis justas baseadas nos princípios norteadores do Direito (como dignidade da pessoa humana e equidade), abertura econômica (por meio de reformas estruturais), investimento em educação pública e privada, além do combate ao preconceito e discurso de ódio contra grupos minoritários é que garantiremos os direitos humanos e constitucionais a todos, fazendo-os alcançar melhores patamares sociais e econômicos e viverem de modo que os deixe felizes.

Nesse sentido, Raquel Coelho de Freitas (2013) nos descreve que as concepções liberais mais recentes são adequadas para o enfrentamento dos problemas sofridos pelas minorias:

Para esses grupos, o Estado deve criar programas educacionais, econômicos, culturais etc. a **fim de garantir-lhes igualdade de tratamento**, ainda que, para isso, precise diferenciar no tratamento igualitário de suas leis e políticas. É legítimo e obrigatório que o Estado implemente medidas para reduzir as desigualdades.

Pois, como bem “explica” um dos principais princípios do Direito – a Equidade-, é legítimo e ético tratar igualmente os iguais (quando presente as mesmas condições iniciais) e tratar desigualmente os desiguais (quando possuírem características ou um passado discrepante dos demais). Apenas assim se alcançará a plena justiça, a dignidade da pessoa humana e a igualdade levando-se em conta contextos sociais diferentes.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA ESTADO. **No mundo, 45% da população vivia em regime democrático em 2021, revela EIU.** Publicado em 10 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2022/02/4984197-no-mundo-45-da-populacao-vivia-em-regime-democratico-em-2021-revela-eiu.html>. Acesso em 05 de janeiro de 2023

ALMEIDA, Ivan. **Quais são as democracias mais antigas do mundo?** Publicado em 10 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/democracias-mais-antigas-do-mundo/>. Acesso em 05 de janeiro de 2023.

**ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022.** Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-feminicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contrameninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2022

APOLITICAL. **Lutar contra a exclusão LGBT não é apenas a coisa certa a fazer - é um bom negócio.** Publicado em 25 de setembro de 2017. Disponível em: <https://apolitical.co/solution-articles/pt/lutando-lgbt-exclusao-nao-e-apenas-coisa-boa-coisa-certa>. Acesso em 22 de janeiro de 2023

ARRUDA, Gabriel de. **O Estado Eficaz.** São Paulo: Maquinaria Sankto Editora e Distribuidora Ltda, 2021.

CRUZ, Vinicius. **Pequeno Guia sobre John Stuart Mill: quem foi, suas principais ideias e frases, a tirania da maioria.** Disponível em: <https://studentsforliberty.org/brazil/blog/pequeno-guia-sobre-john-stuart-mill-quem-foi-suas-principais-ideias-e-frases-a-tirania-da-maioria/>. Acesso em 28 de novembro de 2022

FRIEDMAN, Milton. **Livre para Escolher.** Rio de Janeiro: Record, 2020.

GAL, André Mountian. **O Liberalismo Econômico e a Pobreza: raízes teóricas, estratégias de redução e limitações.** Disponível em: <https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%205/81.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2022

GIWPS. **Index Country Rankings.** Publicado em 2019. Disponível em: <https://giwps.georgetown.edu/wp-content/uploads/2019/10/WPS-Index-2019-Rankings.pdf>. Acesso em 22 de janeiro de 2023

GUEDES, Milena. **Mulheres ganham 77,7% do salário dos homens no Brasil, diz IBGE.** Publicado em 04 de março de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/mulheres-ganham-77-7-dos-salarios-dos-homens-no-brasil-diz-ibge/>. Acesso em 31 de janeiro de 2023

G1. **Veja lista de países que já legalizaram o casamento gay.** Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/veja-lista-de-paises-que-ja-legalizaram-o-casamento-gay.html>. Acesso em 13 de novembro de 2022

JÚNIOR, Eloy. **O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.** Revista da Faculdade de Direito-RFD-UERJ - Rio de Janeiro, n. 31, jun. 2017. Disponível em: <file:///D:/Downloads/26639-95501-2-PB.pdf>. Acesso em 07 de fevereiro de 2023

MAGENTA, Matheus. **O que é ser liberal?** BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62521737>. Acesso em 21/10/2022

MILLENIUM, Papers. **A Câmara dos próximos 4 anos: uma análise dos deputados eleitos em 2022.** Disponível em: [https://milleniumpapers.institutomillenum.org.br/wp-content/uploads/2022/10/4AF\\_PAPER\\_EDICAO-16\\_CAI.pdf](https://milleniumpapers.institutomillenum.org.br/wp-content/uploads/2022/10/4AF_PAPER_EDICAO-16_CAI.pdf). Acesso em: 30 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, Elida. **Países no topo do Pisa dão aos alunos oportunidades iguais e valorizam professores, diz analista da OCDE.** Publicado em 05 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/12/05/paises-no-topo-do-pisa-dao-aos-alunos-oportunidades-iguais-e-valorizam-professores-diz-analista-da-ocde.ghtml>. Acesso em 23 de janeiro de 2023

PAIM, Antonio. **Evolução Histórica do Liberalismo.** São Paulo: LVM Editora, 2019.

PAULO, Vicente Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado.** Método: 21ª edição, 25 de março de 2022.

POLITIZE. **LGBTfobia no Brasil: fatos, números e polêmicas.** Publicado em: 05/10/2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lgbtfobia-brasil-fatos-numeros-polemicas/>. Acesso em 15 de novembro de 2022

PRIOLI, Gabriela. **Política é para todos.** Companhia das Letras. Publicado em 2021.

PUCCINELLI, Júnior André. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo, 2014.

RAND, Ayn. **Liberdade é prosperidade: a filosofia de Ayn Rand**/Eamonn Butler- São Paulo: Faro Editorial, 2019.

RODRIGUES, Cleber. **Negros somam 80% das mortes violentas de jovens no país, aponta estudo.** Publicado em 15 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-somam-80-das-mortes-violentas-de-jovens-no-pais-aponta-estudo/>. Acesso em 03 de janeiro de 2023

SCHARF, Patricia Fiuza Lima. **ÁFRICA DO SUL E A SURPREENDENTE ECONOMIA DE BOTSWANA.** Publicado em 2018. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10586/1/TCC%20DE%20BOTSWANA%202018.pdf>. Acesso em 10 de março de 2023

STUART, John Mill. **Sobre a Liberdade/Sujeição das mulheres.** Publicado em 7 de março de 2017. Acesso em 15 de dezembro de 2022

WELLE, Deutsche. **Onde há mais desigualdade de gênero na Europa.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/onde-ha-mais-desigualdade-de-genero-na-europa.ghtml>. Acesso em 13 de novembro de 2022